

Rosana Maria dos Santos
(Organizadora)

Estudos interdisciplinares sobre as

CIÊNCIAS HUMANAS

Rosana Maria dos Santos
(Organizadora)

Estudos interdisciplinares sobre as

CIÊNCIAS HUMANAS

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande

- Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
Universidade de Coimbra
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Estudos interdisciplinares sobre as ciências humanas

Diagramação: Thamires Camili Gayde
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Rosana Maria dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
E82	<p>Estudos interdisciplinares sobre as ciências humanas / Organizadora Rosana Maria dos Santos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2969-2 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.692241010</p> <p>1. Ciências humanas. I. Santos, Rosana Maria dos (Organizadora). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 101</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

É com grande estima que apresentamos o e-book 'Estudos interdisciplinares sobre as ciências humanas'. O leitor encontrará oito textos que analisam aspectos da cultura, arte, patrimônio, política, moral, ética e educação. É válido destacar o aspecto democrático de acesso às diversas pesquisas dos estudantes, docentes e pesquisadores de diferentes regiões e universidades do país. Esse fato, oportuniza aos leitores a possibilidade de se debruçarem sobre várias metodologias e pesquisas, de forma acessível e gratuita.

Neste e-book, são as dimensões da interdisciplinariedade na área das ciências humanas que ganham destaque. A coletânea se propõe a pensar as ciências humanas e a sua vasta possibilidades de temas e assuntos. Nos últimos anos, as produções no campo das ciências humanas se multiplicaram e avançaram em direção a pluralidade de abordagens e metodologias de pesquisas, sobretudo, com o uso de fontes estatais, arquivos pessoais e com novas problematizações e metodologias de pesquisa.

Assim, este livro é uma construção coletiva, fruto do esforço intelectual de docentes, pesquisadores e pesquisadoras, implicados e implicadas pelo apreço da história política como forma de análise da sociedade. A obra, apresenta conceitos e teorias bem fundamentadas, contribuindo para a produção científica do País. Reconhecemos também que as abordagens e problematizações aqui apresentadas não esgotam o debate, mas é inegável que começamos a tecer diálogos entre cultura, artes, política, moral e educação, possibilitando múltiplos olhares sobre a formação humana.

Boa leitura a todos!

Rosana Maria dos Santos

CAPÍTULO 1	1
CINEMA PARA TODOS: DEMOCRATIZANDO O ACESSO AS PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS COMO ESTRATÉGIA DE ANÁLISE CRÍTICA NAS AULAS DE SOCIOLOGIA	
Alexandre Barbosa da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6922410101	
CAPÍTULO 2	6
A INDÚSTRIA CULTURAL E A DESSUBLIMAÇÃO REGRESSIVA NA ATUALIDADE COMO UMA NECROPOLITICA	
Angélica Maria Alves Vasconcelos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6922410102	
CAPÍTULO 3	14
REFLEXÃO SOBRE: MÚSICA POPULAR, FILOSOFIA PRÁTICA, ARTE, RELIGIÃO: VERDADES NOS MITOS?	
Arlei de Espíndola	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6922410103	
CAPÍTULO 4	25
OPROJETODAS COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM NA TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA COM OS CONTRIBUTOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL	
Ernesto Candeias Martins	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6922410104	
CAPÍTULO 5	40
APONTAMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A JUVENTUDE E A MOBILIDADE	
Elisa Ferreira Roseira Leonardi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6922410105	
CAPÍTULO 6	49
ÉTICA MILITAR À LUZ DOS PRINCÍPIOS TEOLÓGICOS: UM ESTUDO SOBRE A CONDUTA MORAL DOS POLICIAIS MILITARES SOB UMA PERSPECTIVA CRISTÃ	
Fabio Junior Conceição	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6922410106	
CAPÍTULO 7	57
AS RELAÇÕES DE PODER E FAVORES NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL	
Wcleverson Batista Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6922410107	
SOBRE A ORGANIZADORA	72
ÍNDICE REMISSIVO	73

CAPÍTULO 1

CINEMA PARA TODOS: DEMOCRATIZANDO O ACESSO AS PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS COMO ESTRATÉGIA DE ANÁLISE CRÍTICA NAS AULAS DE SOCIOLOGIA

Data de submissão: 06/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Alexandre Barbosa da Silva

UNIP - Universidade Paulista
Sertãozinho – PB

RESUMO: Falar em democratização do cinema é pensar em como podemos levá-lo até mais pessoas. Sabemos que o ingresso para as maiores redes de distribuição é extremamente caros, e além disso, a quantidade de cidades brasileiras que possuem salas de exibição são pouquíssimas. O principal objetivo deste estudo é, inserir o Cinema no processo de ensino-aprendizagem por meio de uma visão multidisciplinar como um meio de aproximar o público estudantil da narrativa audiovisual. E com isso, apresentar o Cinema aos estudantes como sendo uma fonte de cultura e agente transmissor de conhecimento, desenvolvendo a partir do gosto pelo Cinema, o senso crítico, estético e cultural sobre nossa localidade, nosso país e o mundo de modo geral. Faz-se necessário promover a integração e o desenvolvimento social, ampliando o espaço de lazer e de enriquecimento cultural dos alunos na escola, incentivando a formação crítica e apreciativa. Se bem alinhado com

outras disciplinas, o cinema na escola pode ser aplicado combinando com uma atividade de leitura, o que fortalecerá outro pilar importante para o desenvolvimento dos estudantes. Nessas ocasiões, também será utilizadas estratégias para instigar o aluno a frequentar o cinema, proporcionando uma democratização do mesmo para os estudantes que nunca tiveram a oportunidade de conhecer o mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: cinema; ensino; democratização.

CINEMA FOR ALL: DEMOCRATIZING ACCESS TO CINEMATOGRAPHIC PRODUCTIONS AS A CRITICAL ANALYSIS STRATEGY IN SOCIOLOGY CLASSES

ABSTRACT: Talking about the democratization of cinema is thinking about how we can bring it to more people. We know that admission to the largest distribution networks is extremely expensive, and in addition, the number of Brazilian cities that have exhibition halls are very few. The main objective of this study is to insert Cinema in the teaching-learning process through a multidisciplinary vision as a means of bringing the student public closer to the audiovisual narrative. And with

that, to introduce Cinema to students as a source of culture and knowledge transmitter agent, developing from the taste for Cinema, the critical, aesthetic and cultural sense about our locality, our country and the world in general. It is necessary to promote integration and social development, expanding the space for leisure and cultural enrichment for students at school, encouraging critical and appreciative training. If well aligned with other subjects, cinema at school can be applied in combination with a reading activity, which will strengthen another important pillar for student development. On these occasions, strategies will also be used to encourage the student to attend the cinema, providing a democratization of the same for students who never had the opportunity to know it.

KEYWORDS: cinema; teaching; democratization.

INTRODUÇÃO

É necessário que a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas favoreça o Protagonismo Juvenil investigando para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens, favorecendo na construção e realização de seus Projetos de Vida, tornando-os jovens autônomos, solidários e competentes. É papel da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas fornecer recursos aos estudantes para que investiguem o mundo à sua volta.

A sétima arte, consolidada pelo cinema, exerce um enorme poder de difusão de conhecimento e informação com as massas. Ao retratar nas telas, histórias de fantasia ou da vida real, o cinema ajuda a compreender quem nós somos e como somos representados. Ou seja, ao mesmo tempo que é uma ferramenta na construção das identidades sociais e pessoais, ele também fomenta a cultura de uma forma acessível ao povo, unindo linguagens visuais e sonoras. Entretanto, o passatempo de ir ao cinema assistir a um filme, apesar de parecer trivial, não pode ser considerado um programa de baixo custo. O acesso e até mesmo distribuição irregular de salas de cinema pelo Brasil apresentam um reflexo das desigualdades econômicas e sociais do país, que promovem o processo de elitização dessa forma de lazer, manifestando-se pelo alto valor do ingresso e do transporte, visando assim um público com poder aquisitivo maior e desconsiderando as camadas populares.

O cinema é um transmissor de mensagens, que auxilia no desenvolvimento do pensamento crítico e senso de pertencimento. Entretanto, no atual cenário brasileiro, a propulsão de medidas democráticas do acesso à cultura é vilanizada, e incentivos ao seu desenvolvimento são barrados por questões ideológicas. Em 2019, a Agência Nacional de Cinema (ANCINE) sofreu ataques e tentativas de censura, direcionados ao “conteúdo” de filmes que havia promovido, entre eles “Bruna Surfistinha”. Além da redução na captação de recursos e orçamento de leis de incentivo, a cinebiografia de Marighella teve sua estreia cancelada após uma recusa da Ancine para o auxílio na comercialização do filme. Filmes e séries com temática LGBTQI também foram censurados e barrados em processos de seleção em editais. Nas palavras de Fernanda Montenegro “Sem arte, um país não tem caráter...o campo da arte é grande fornecedor de mão de obra”. Entretanto, essa última parte é ignorada

pelo governo em si: tanto o fazer cinema como o assistir cinema são importantes medidas no desenvolvimento cultural de um país, movimentando a economia. Os dois, por outro lado, continuam nas mãos apenas de uma elite e afastados do povo em si.

JUSTIFICATIVA

Um dos pilares do debate sobre o ensino por projetos está apoiado nas considerações de John Dewey, importante filósofo e pedagogo estadunidense, cujos principais escritos foram publicados entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. O trabalho baseado em projetos não é propriamente algo novo, visto que alguns dos escritos de Dewey têm mais de 100 anos. No entanto, devemos levar em consideração que suas ideias foram sendo modificadas e adaptadas de acordo com as mudanças da sociedade.

Falar em democratização do cinema é pensar em como podemos levá-lo até mais pessoas. Sabemos que o ingresso para as maiores redes de distribuição é extremamente caro, e além disso, a quantidade de cidades brasileiras que possuem salas de exibição são poucas.

Outro autor que se dedica ao tema, pode-se destacar Fernando Hernández, professor da Universidade de Barcelona, na Espanha. O autor defende a adoção de projetos pensando uma nova visão do currículo escolar, na qual sejam superadas a fragmentação das disciplinas e que estimule o diálogo constante entre acontecimentos fora e dentro do ambiente escolar.

O tema do Enem em 2019, “Democratização do Acesso ao Cinema no Brasil” gerou um enorme debate na Internet, como qualquer tema do exame. Sua polêmica resultou em alguns encará-lo como um tema elitista; no entanto, a ideia dele é, justamente, de elaborar em cima de um problema ao qual muitos estão submetidos. Em um ano com cortes de verba e censuras na área da cultura, o tema se mostra necessário principalmente ao ver que, muitos dos jovens que discursaram sobre ele também não possuem acesso às salas de cinema; espaços limitados nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo.

O aprendizado na Escola não pode se restringir unicamente ao cumprimento de horários, tarefas e exercícios, pois deve ir muito além do simples formalismo presente no repasse de conteúdos e trabalhos. O aprendizado para ser plenamente alcançado necessita, muitas vezes, sair da rotina do dia-a-dia Escolar. Assim, cabe as equipes pedagógica e administrativa da Escola buscar alternativas, o que pode ser feito através de uma proposta como essa, pois o “Cinema” serve como um instrumento de debate e reflexão, tão importantes na formação de nossas crianças e adolescentes.

Por isso mesmo, esse projeto mostra uma relevância extraordinária ao agregar valores, vivências e reflexões comuns a diversas disciplinas do currículo, possibilitando um espaço de discussão permanente dentro da Escola e fora da escola.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia aplicada neste trabalho foi baseada na pesquisa bibliografia em livros, revistas pedagógicas, sites da internet entre outros, ou seja, está pesquisa se dá na forma qualitativa. Com a pesquisa bibliográfica é admissível conhecer, discutir, refletir e vivenciar obras de diferentes autores, contribuindo assim para um melhor entendimento da problemática abordada ao decorrer deste trabalho. Por meio da pesquisa bibliografia buscou-se analisar e responder a problemática proposta neste artigo, adquirindo assim novos conhecimentos sobre o assunto pesquisado, ou seja, está pesquisa se dá na forma qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediada pelos apontamentos do professor e pelo debate livre e responsável sobre os temas trabalhados, a linguagem audiovisual ofereceu condições excepcionais para o entendimento de dilemas sociais como também, na construção dos textos dissertativos-argumentativos ao qual, foram realizadas produções textuais com as temáticas que foram abordados nos filmes exibidos ao longo do projeto, textos estes que foram expostos a comunidade escolar como o nosso produto final. No ultimo encontro saímos da escola e fomos para o cinema no Shopping Cidade Luz, na cidade de Guarabira-PB. Na oportunidade reforçamos a importância da democratização do cinema para todos, dando a oportunidade do acesso as pessoas menos favorecidas na sociedade.

A culminância deste projeto ocorreu no ginásio de esportes da escola, e neste momento podemos apresentar tudo o que havia sido trabalhado para os demais alunos. Na ocasião, cinco alunos ficaram pela apresentação das temáticas abordadas pelos filmes assistidos, neste momento os alunos demonstraram todo o seu protagonismo e apresentaram suas reflexões para os demais alunos da ECIT. O momento da culminância foi bastante proveitoso, os alunos puderam demonstrar todo seu potencial e apresentar a comunidade escolar.

CONCLUSÃO

A aprendizagem através deste projeto conseguiu ampliar o debate para além do espaço de sala de aula e da própria escola. Isso significa que o produto final circulou para um público mais amplo do que apenas a turma escolar. Possibilitando o desenvolvimento, individual e coletivo, de conhecimentos, habilidades, competências e diferentes práticas que permitem aos estudantes adquirir autonomia e atuar na sociedade de maneira consciente.

A estratégia didático-pedagógica utilizada no percurso partiu sempre do próprio processo intuitivo de aprendizagem: começamos qualquer aprendizado significativo com uma curiosidade, exercendo a função de disparador. Em seguida, investigamos as explicações existentes e questionamos tais explicações, acrescentando assim as análises das Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS

ABNT – **Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724: Informação e documentação. Trabalhos Acadêmicos - Apresentação.** Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

TAKEUCHI, Márcia. Et al. **Vamos Junto Profe! Projetos integradores: Ciências humanas.** 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

FERREIRA, Oscar Manuel de Castro; JÚNIOR, Plínio Dias da Silva. **Recursos audiovisuais no processo ensino-aprendizagem.** Temas básicos de educação e ensino. São Paulo: EPU, 1986.

SÁ, Irene Tavares de. **Cinema e educação.** Rio de Janeiro: AGIR, 1967.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; LOPES, José de Sousa Miguel; DAYRELL, Juarez (org.). **A Juventude vai ao cinema.** São Paulo: Autêntica, 2009.

A INDÚSTRIA CULTURAL E A DESSUBLIMAÇÃO REGRESSIVA NA ATUALIDADE COMO UMA NECROPOLÍTICA

Data de submissão: 12/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Angélica Maria Alves Vasconcelos

Doutoranda pela Pontifícia Universidade
Católica de Goiás

RESUMO: O objetivo desse trabalho é abordar o conceito de necropolítica de Achille Mbembe e de dessublimação repressiva de Herbert Marcuse conectando-os com a concepção crítica que Adorno faz à Indústria Cultural como forma de desmancipação, alienação e aculturação racionalista. Na concepção de Adorno a racionalidade da técnica identifica-se com a racionalidade do próprio sistema. Essas considerações evidenciam que, o cinema, o rádio, a televisão, não devem ser tomados como arte, pelo fato de serem negócios, basta-lhes a ideologia dominante. Enquanto negócios, seus fins comerciais são realizados por meio de sistemática e programada exploração de bens considerados culturais. Tal exploração Adorno chama de “indústria cultural”. A indústria cultural visa substituir cultura de massa, pois esta induz à cilada que satisfaz os interesses dos detentores dos veículos de comunicação de massa. Esse trabalho nos instiga a refletir sobre como a barbárie

estética dos meios de comunicação no aspecto da arte e da cultura se faz presente no contexto social contemporâneo. Dessa forma, estamos diante de um processo em que o desenvolvimento da produção e reprodução midiática no cenário contemporâneo imprime a sensação de aparente liberdade política, econômica e moral. A liberdade de fato autônoma, de usar o próprio entendimento, tem cada vez mais se reduzido à esfera da vida privada, uma vez que as escolhas precisam ser adequadas às necessidades e exigências do sistema de produção. Adorno afirma: (1985, p.112) “a indústria cultural permanece a indústria da diversão. Seu controle sobre os consumidores é mediado pela diversão, e não é por um mero decreto que esta acaba por se destruir, mas pela hostilidade inerente ao princípio da diversão por tudo aquilo que seja mais do que ela própria”. Marcuse (1979, p.82) demonstra que: “Alienação artística é sublimação. Cria as imagens de condições que são irreconciliáveis com o Princípio da realidade, mas que como imagens culturais, tornam-se toleráveis, até mesmo edificantes e úteis. Agora essas imagens mentais estão invalidadas. Sua incorporação à cozinha, ao escritório, à loja; sua liberação para os

negócios e a distração é, sob certo aspecto, dessublimação – substituindo satisfação mediata por satisfação imediata”. Achille diz (2018, p.24) “O terror não está ligado exclusivamente à utópica crença no poder irrestrito da razão humana. Também está claramente relacionado a várias narrativas sobre a dominação e a emancipação apoiadas majoritariamente em concepções sobre verdade e o erro, o “real” e o simbólico herdados do iluminismo”.

PALAVRAS-CHAVE: Indústria Cultural; Dessublimação Regressiva; Necropolítica; Indivíduo; Atualidade.

METODOLOGIA

A análise é realizada através de uma pesquisa bibliográfica, com base na teoria crítica de Adorno, Marcuse e na obra do filósofo, teórico político e historiador camaronês Achille Mbembe.

Este artigo propõe argumentar sobre os conceitos da Indústria Cultural, da dessublimação regressiva e da necropolítica que permeiam as relações sociais de consumo na sociedade contemporânea.

O sentido de emancipação exige que a cultura e a arte desempenhem o papel de superar a persistente fetichização da técnica e a reificação das consciências, que se materializam enfaticamente e sem medida nas relações de produção e de consumo.

Mas o indivíduo acaba sendo seduzido por esse processo de inculcação de ideologias e novas formas de pensar e ver o mundo, voltadas para a adaptabilidade e conformidade. Trata-se da promessa de felicidade oferecida pela comercialização de bens materiais e culturais, num contexto em que a inserção social do indivíduo depende de sua identificação com os valores e produtos transformados em mercadoria, cuja necessidade de consumo é imposta pelos apelos da Indústria Cultural.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Marcuse examina criticamente esse conceito de dessublimação, argumentando que a sublimação é reprimida e distorcida pela lógica repressiva da civilização. Esse conceito de dessublimação, por sua vez, conduz a sociedade a reproduzir o que o poder hegemônico quer ao explorar a noção de sublimação, Marcuse questiona os efeitos dessa repressão à liberdade individual e a busca de alternativas que permitam uma sublimação autêntica e transformadora, capaz de desafiar as estruturas de poder e possibilitar uma vida mais plena e satisfatória.

Na filosofia crítica elaborada por Herbert Marcuse, a tecnologia desempenha um importante papel para a dinâmica social, uma vez que ela contém um potencial ambíguo, que a torna capaz de promover tanto a dominação e a exploração, quanto a emancipação e o florescimento dos indivíduos.

Ele afirma que a busca incessante por liberdade e autonomia pode se tornar uma doce ilusão. Também destaca que o sistema capitalista, ao mesmo tempo em que promove o progresso tecnológico, cria novas formas de controle e exploração. A liberação da energia do indivíduo, por meio do avanço tecnológico, muitas vezes é canalizada para o consumo desenfreado, a criação de carecimentos falsos e a conformidade aos padrões estabelecidos pela sociedade de consumo.

Nas palavras de Adorno (1985, p.115) "A Indústria Cultural não sublima, mas reprime". Para Adorno Indústria Cultural, se caracteriza como sua dimensão anti ou acultural, sendo uma forma de colonização, por sua vinculação com a moderna técnica (rádio, TV, cinema, fotografia, imprensa, arte, literatura etc. Assim, permite o aparecimento dessas instituições que, na sociedade industrial moderna, vendem e comercializam a cultura e fazem dela mercadoria que absorve as necessidades do sistema. Adorno afirma: (1985, p.108) "A indústria cultural acaba por colocar a imitação como algo de absoluto".

O objetivo da indústria cultural é homogeneizar e padronizar tudo e, para isso acontecer, ela não se preocupa com as diferenças de classes, de cor, de idade, de questão social. Pelo contrário, sua função, por ser cultura de massa, é atingir todos os grupos sociais, independentemente de elementos éticos, transformando em poderoso instrumento de controle e dominação. Instrumentaliza-se a capacidade do conhecimento e produção da arte. Usa-se a razão não necessariamente para o esclarecimento da humanidade, mas para o monopólio e domínio do poder.

"A barbárie estética consome hoje a ameaça que sempre pairou sobre as criações do espírito desde que foram reunidas e neutralizadas a título de cultura. Falar em cultura sempre foi contraditório á cultura" (Adorno, 1985, p.108).

Com isso, a cultura se transforma em utensilio de tal forma que ela se distancia da ação de contemplação, identidade e criticidade. Deixou de ser destaque da arte, e tornou-se em uma ilusão um entretenimento fútil, diversão. O teatro não é o acúmulo de capital cultural de conhecimento, de apreciação da arte, mas uma fuga da realidade, um lugar de prazer sem compromisso com o conhecimento.

Portanto, Adorno nos coloca uma questão: vive-se a cultura do entretenimento, a cultura das massas, da falsificação e ela tende a diminuir a qualidade estética do conteúdo crítico e reflexivo que a obra de arte oferece, para, ao contrário, produzir massificação e alienação dos indivíduos. A música que faz sucesso é aquela que serve a toda a massa, ou seja, aquela de menor qualidade intelectual.

De acordo com Adorno a produção da cultura passou a ter como principal finalidade o lucro, o capital. Esse processo de mercantilização da cultura tornou-se um obstáculo para que a arte exercesse autonomia de criticar a sociedade. Já que nesse processo ela passa, primeiramente pelo crivo pelos administradores e técnicos responsáveis por tornar os produtos mais rentáveis e aceitos pelos consumidores.

A cultura de massa como produto da indústria cultural se sustenta oferecendo divertimento e produzindo conformismo, mascarando os conflitos vivenciados e existentes na sociedade. O conformismo refere-se à aceitação, de forma passiva, da realidade social tal como mostrada nos meios sociais de comunicação, sem criticidade pelos indivíduos.

Assim o divertimento reforça a naturalização das situações de opressão e desigualdade apresentada nos filmes, nas novelas etc. Esse processo produz alienação e doutrinação das massas e funcionam como neutralizador de consciências dos indivíduos. Logo, a ideologia dominante, transmitida por esses meios de produção em massa, permite a reprodução das relações de dominação.

A Indústria Cultural constitui a fórmula medicinal moderna que a sociedade hegemônica encontrou para perpetuar-se. Essa passa a ser de fundamental importância e, até mesmo, essencial para a sobrevivência do sistema, criando possibilidades para a desmancipação dos indivíduos que estão, cada vez mais, dessencializados.

Ela trouxe como suporte a arte desvirtuada com mensagens e imagens falsas e felizes que aparentemente demonstra como verdade, no intuito de aliviar e enganar o caos da realidade. Neste patamar de “acervos” podemos inferir “o céu é o limite”.

O espaço tempo do consumidor, trabalhador e indivíduo é saturado com doses crescentes de poluição informativa, desnecessária e alienante, inevitável para essa modernidade. O aspecto patológico desse processo resulta na impotência de impor-se de forma inteligível aos conteúdos excessivos, degradados, que proliferam como células destrutivas no tecido da vida dos indivíduos na sociedade. Isso ocorre porque segundo Adorno (1985, p.113):

A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que essa pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho.

Dessa forma os indivíduos que, muitas vezes, são desprovidos de emancipação, não têm resistência para contrariar o sistema e assumir o seu destino. Eles ficam intoxicados de signos imagens, signos palavras, signos opiniões, signos juízos, signos estímulos, que os induzem a reproduzirem o que veem, transformando-se num círculo vicioso.

Isso é ocasionado por tratar-se de um mercado congestionado por produtos que não são necessários, por uma civilização que compra por comprar. Isso contribui para a sobrevivência dessa indústria, que manipula para melhor servir o mercado, numa lógica alienante, adaptativa e feliz. O discurso sobre este tipo de saber em migalhas, é, sobretudo, uma nova espécie de técnica de simplificação do conhecimento visando a instrumentalização racional.

A razão instrumental é proveniente da racionalização dos computadores e dos sintetizadores que se originam de uma ciência numérica, ordenadora, calculadora, em suma, formalizadora, pois a máquina é eficiente, não questiona e apenas obedece aos comandos. Essa forma de racionalidade autômata é transferida para o ser humano. Eis o paradoxo final: a verdade do mundo contemporâneo reside no fato de que os meios de massa, ultramodernos, são o veículo apropriado para emitir as mensagens mais irracionais. Nestas, todas as paixões e todos os delírios da imaginação se manifestam com violência e ignorância.

A modernidade está vinculada à indústria cultural que tem como fundamentação técnica e científica a capacidade de desviar dos caminhos da emancipação os indivíduos, levando-os para novos valores de desumanização, instrumentalização e dessencialização do ser.

A indústria Cultural segue com seu racionalismo instrumental onde sua abstração se dá na técnica e resulta na passividade do indivíduo de conduzi-lo e estimulá-lo ao mais grotesco voluntarismo crítico. E Isso é condicionado quanto a razão automatizada, pois o indivíduo reitera-se as regras somente de quem os domina efetuando a degradação reflexiva.

Nesse discurso hegemônico de forma instrumental articula argumentos doutrinários de pacificação, aceitação e de submissão da realidade que impõe a não resistência. O que é preciso pensar e fazer é uma educação como “produção de uma consciência verdadeira” (ADORNO, 2020, p. 141), cuja implicação política seria grande: uma democracia que funcione e opere de acordo com seu conceito “demanda pessoas emancipadas” (ADORNO, 2020, p. 142) e seria uma verdadeira democracia.

“Assim, tenta-se simplesmente começar despertando a consciência quanto a que os homens são enganados de modo permanente, pois hoje em dia o mecanismo da ausência de emancipação é o mundus vult decipi em âmbito planetário, de que o mundo quer ser enganado” (ADORNO, 2020, p. 183).

Adorno refere-se (2020, p. 16) “A educação já não diz respeito meramente a formação da consciência de si, ao aperfeiçoamento moral, à conscientização. É preciso escapar das armadilhas de um enfoque “subjetivista” da subjetividade na sociedade capitalista burguesa”.

Para o filósofo o problema maior é julgar-se esclarecido sem sê-lo, sem dar-se conta da falsidade de sua própria condição. Dessa forma Marcuse destaca que a sublimação, quando repressiva, resulta em um desvio das pulsões para formas de expressão que são controladas e direcionadas pela sociedade dominante.

Essa repressão da sublimação limita a liberdade e perpetua a estrutura de poder existente, que direciona as pulsões e carecimentos individuais para atividades que servem aos interesses da sociedade industrial avançada e capitalista, ao invés de permitir uma expressão plena e autêntica do indivíduo.

Na verdade, o que pretende o sistema é transformar a mentalidade dos indivíduos e não a situação que os oprime, e, isto, se dá para que o poder os domine, adaptando-os à esta situação.

A questão está em que pensar autenticamente e criticamente é perigoso. Mas, perigoso para quem? Apenas para aqueles que veem como ameaça a transformação dos indivíduos, uma vez que eles são os únicos beneficiados pela situação vigente.

Os que detém o poder sentem-se ameaçados pelo pensar autêntico, por isso renegam a comunicação e impõem suas concepções aos outros, com o propósito de manter estático o estado de coisas a seu favor.

Ao mesmo tempo percebe-se o que a necropolítica é uma forma de extermínio dos mais carentes, por meio do descaso e da opressão. Extrapolando para a sociedade o conceito da Necropolítica vemos que a instrumentalização da razão é também uma forma de “morte”, pois os indivíduos, neste sistema de dominação, são incapazes de pensar, analisar e criticar. de certa forma, estão “mortos” dentro do sistema.

Há uma correlação entre a Dessublimação Repressiva, a Necropolítica e a Indústria Cultural, ou seja, se o sistema impede o indivíduo de pensar e transformar sua realidade, nunca sairá de sua situação de desmancipado, ou “morto” intelectualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necropolítica é a capacidade de estabelecer parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada. Para Mbembe, a necropolítica não se dá só por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos. Não é só deixar morrer, é fazer morrer também.

Essa política nutre-se do amor à morte (pela desigualdade social, preconceitos e falta de oportunidades) e não amor à vida. Banaliza a educação, garantindo o pensamento e o discurso alienado do indivíduo, ou seja, a política da morte como estratégia eficaz de controle das consciências. Mbembe p.22,23 “Ao mesmo tempo, uma nova sensibilidade cultural emerge na qual matar é um prolongamento do jogo. Aparecem formas de crueldade mais íntimas, sinistras e lentas.”

A necropolítica, que em seu real significado é uma política de morte, extrapolada para a educação é um instrumento de manutenção da ignorância, “extermínio” das consciências aplicado a certos grupos minoritários.

Com base na indústria cultural que propicia no indivíduo a dessublimação regressiva constitui-se uma necropolítica social. Dessa forma observa-se que na atualidade o sistema configura e controla o exercício do poder no nível de vida (oportunidade) e de morte (exclusão). Quem tem o poder tem soberania e determina a situação da outra parte.

No mecanismo mental, a tensão entre o que é desejado e o que é permitido parece consideravelmente reduzida e o princípio da realidade não mais parece exigir uma transformação arrasadora e dolorosa das necessidades instintivas. O indivíduo deve adaptar-se a um mundo que não parece exigir a negação de suas necessidades mais íntimas – um mundo que não é essencialmente hostil (Marcuse, 1979, p.83).

A “necropolítica” da sociedade é tanto um meio de alcançar a soberania e manter controle dos subjugados, como também uma forma de exercer o direito de “matar” (excluir) o direito a uma educação de qualidade e que atenda a todos.

Na atualidade, nossa educação abdica da obrigação de formação de sujeitos críticos e emancipados. Adorno cita:

Portanto, a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nessa direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contestação e para a resistência. (ADORNO, 2020 p.200).

O ser humano é fortemente afetado pela indústria cultural e pela industrialização que massifica, aliena e transfigura esse indivíduo num ser reprodutivo, técnico e adaptativo como uma máquina que somente faz o que lhe pedem. Portanto Marcuse diz: “Os produtos doutrina e manipulam: promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade”. (Marcuse, 1979, p.32).

Diante disso, justificamos não somente a importância, mas sobretudo a pertinência de centrarmos nossa reflexão no tema da pesquisa que é: **A NECROPOLÍTICA, A INDÚSTRIA CULTURAL E A DESSUBLIMAÇÃO REGRESSIVA NA ATUALIDADE**. A fim de mostrar que a presente pesquisa se fundamenta na Teoria Crítica Franckfurtiana em especial nas análises elaboradas por Herbert Marcuse e Adorno a respeito da sociedade técnico-industrial e a sua ideologia em prol do progresso em detrimento da humanização e emancipação.

Tal estágio conduziu os indivíduos a retrocederem aos estágios mais regressivos que é determinado por Marcuse por dessublimação regressiva. **O conceito de “dessublimação regressiva”** “é: anular ou reduzir o caráter sublime de algo ou alguém. Permite compreender a dinâmica da sociedade contemporânea que, por um lado, possibilita uma maior “liberdade” e satisfação das necessidades, ao mesmo tempo em que, por outro lado, essa “liberdade” atua como um poderoso instrumento de dominação, sendo absorvida pelo sistema, ...

No entanto, Herbert Marcuse nos alerta para as limitações desse ideal de liberdade e autonomia proporcionado pelo progresso tecnológico. Ele argumenta que, apesar do suposto tempo livre conquistado por meio dessas inovações, novas formas de exploração emergem e nem sempre estão relacionadas ao trabalho diretamente.

Em contrapartida, a razão não-repressiva viabiliza uma nova racionalidade de gratificação, em que a razão e a felicidade se convergem.

“a regressão se tornou tão efetiva que, para o reprimido, assume a forma (ilusória) de liberdade, a abolição de tal liberdade prontamente se manifesta como um ato totalitário”

Qual é a consequência desse estágio de dessublimação regressiva? Segundo Marcuse: A consequência desse estágio é tornar consciências felizes e acríticas.

A indústria cultural traz em sua essência elementos característicos do mundo industrial moderno por exemplo: o próprio ócio do homem é utilizado com o intuito de mecanizá-lo, a diversão e o lazer tornam um prolongamento do trabalho.

Assim a mecanização conquistou tamanho poder sobre o homem, durante o tempo livre e sobre sua falsa felicidade, determinando a fabricação dos produtos para a distração. O suposto conteúdo dos produtos são fachadas e ilusões que o impede de ser autônomo, independente de julgar e de decidir conscientemente.

Nas palavras de Adorno (1985, p.115): “A indústria cultural não sublima, mas reprime. Expondo repetidamente o objeto de desejo, ela apenas excita o prazer preliminar não sublimado que o hábito da renúncia há muito mutilou e reduziu ao masoquismo”.

A desesencialização do ser aliada com a dessublimação regressiva do indivíduo contribui eficazmente para a necropolítica acontecer, que extrapolando para a nossa análise falsifica as relações entre os homens, bem como os homens com a natureza de tal forma que o resultado constitui uma espécie de organização social para que o indivíduo compreenda sua condição de mero consumidor, ou seja ele é tão somente um objeto daquela indústria.

Fica evidente que não estamos no âmbito da política emancipatória, mas da Necropolítica social que pode ser definida pelo momento em que as autoridades ou mesmo o sistema, cria-se necessidades ao consumidor que deve contentar-se com o que lhe é oferecido. Assim o compromisso eficaz da necropolítica é a luta a favor da morte do sujeito crítico e dessublimado.

Essa política de morte (intelectual e social) tolhe a consciência das massas e instaura o poder da mecanização sobre o homem. Ela produz uma violência por meio da implantação de seu comércio fraudulento, no qual os consumidores são continuamente enganados em relação ao que lhes é prometido.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

ADORNO e HORKHEIMER. *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MARCUSE, *Herbert. A Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional*. Trad. Beacon Press Boston, E.U.A. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1979.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. 1 ed. Rio de Janeiro: 2018.

CAPÍTULO 3

REFLEXÃO SOBRE: MÚSICA POPULAR, FILOSOFIA PRÁTICA, ARTE, RELIGIÃO: VERDADES NOS MITOS?

Data de submissão: 15/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Arlei de Espíndola

Prof. Associado do Dep. de Filosofia da Univ. Est. de Londrina/PR. Mestre e Doutor em Filosofia pela Unicamp. Estágio Pós doc. na PUC/RS. Experiente na área de Filosofia, com ênfase em Ética, Filosofia Política, e Educação. Proj. de Pesquisa atual: “O Papel d’As confissões na construção da unidade da filosofia de Rousseau”, cadastrado sob o nº 12944, na PROPPG/UDEL, com vigência próx. de expirar, razão porque este texto também significa um resultado em partes de seu desenvolvimento, ou uma consequência, relativa, de sua execução.

RESUMO: esboça um ponto de contato existente, em razão do instinto de preservação, entre fazeres diversos em sua origem como o são as artes, em geral, música, filosofia, e religião, enquanto algo que brota do coração, do sentimento, originariamente, representando algo vivo, forte, impactante, como um bom prato quando sai do forno, antes de começar a esfriar, travando o despertar do apetite. Nestes diferentes âmbitos, de início, tem-se, de maneira inevitável, o encantamento do próprio mundo, fortalecendo-se a esperança, depois, este, avança, esfria, gela, morre.

PALAVRAS-CHAVES: movimento de resistência natural, busca de sentido, unidade cósmica, modos de expressão.

REFLECTION ON: POPULAR MUSIC, PRACTICAL PHILOSOPHY, ART, RELIGION: TRUTHS IN MYTHS?

ABSTRACT: outlines a point of contact that exists, due to the instinct of preservation, between actions that are different in origin, such as art, in general, music, philosophy, and religion, as something that springs from the heart, originally, representing something alive, strong, impactful, like a good food when it comes out of the oven, before it starts to cool, stopping the awakening of appetite. In these different areas, at first, there is inevitably the enchantment of the world itself, hope becomes stronger, then it advances, cools, freezes, dies then it cools, freezes, dies.

KEYWORDS: natural resistance movement, search for meaning, cosmic unity, modes of expression.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para efeitos de introduzir o alvo que desejo chegar, transcrevo o texto completo, de início, da “*Apresentação*” realizada em 2022, para meu livro editado pela Appris, indicando o caráter autêntico de Rousseau que precisa ser levado em conta, ainda que o artigo, aqui, não vá ficar apenas na esfera das fontes teóricas e seus reflexos, mesmo atuais, pesando interlocuções, exegeses, e o aspecto propriamente multidisciplinar, seu caráter nuançado e multifacetado, desenvolvido no âmbito, por assim dizer, de uma certa “filosofia da cultura”:

J.-J. Rousseau (1712-1778) alcançou um nível intelectual invejável desenvolvendo, de modo autodidata, sua formação lendo, da tradição antiga e moderna do pensamento ocidental, vários autores. Elercar-se-ia um quadro expressivo de nomes, se quiséssemos enumerar. Mas importam-nos, de momento, em virtude da necessidade de delimitação do espaço que se tem aqui reservado, aqueles que contribuíram na formação de suas ideias, servindo-lhe como fonte de um modo mais significativo. Isso porque esse encaminhamento parte da premissa de que, ao recorrer-se a essas fontes de leitura do autor, podemos ampliar nossas ideias, alargar nossa compreensão, sobre a obra de Rousseau, com o lançamento de luzes sobre seus textos, sendo esses bem identificados, assim como o próprio Rousseau haverá de beneficiar, todavia, aqueles que o lerem seguindo, temporaneamente, suas mais lúcidas instruções e seu caudal de conceitos. E essa é uma prática que ainda pouco se realiza, preferindo-se aceitar as ideias rasas de quem foge da escrita mais encorpada conquistando um espaço na tradição como se o pensador e o cientista credenciado surgissem por força do vento toda hora, aceitando-se essas trivialidades de saberes de que todo mundo dispõe.

Pois, ao fazer esses esforços, valorizando seus estudos, vemos o filósofo de Genebra render homenagem a quem julga merecer, mas também procura dar seu próprio passo à frente, abandonando a subordinação, construindo seu algo original, objeto desta síntese de quem tria bem o que interessa. Se ele refere sua admiração, por exemplo, por Plutarco, mesmo que a influência não seja proporcional à quantidade de vezes que ele menciona um autor, entendo que vale explorar esse nexos com o estoicismo, em especial os textos de Sêneca aqui, para o qual ele parece manter um bom débito, embora almeje, apesar de desejar, constituir-se em um filósofo que reflita por sua conta propriamente, mas sem desmentir ele mesmo, o que vale semelhante estudo, que agora se faz ainda mais oportuno, pois o papel de mediadores da cultura brota enquanto algo que bem lhes cabe aplicar.

Esse Iluminismo a que Rousseau dá forma não aceita o estado, a condição, mais cômoda de ficar, no fim, isolado do mundo, precisando mesmo avançar da ignorância sem entender, por empáfia, por arrogância, que se estabelece enquanto a única sabedoria, a única referência, revelando-se não dogmático; isso porque busca se conectar com as coisas concretas, do mundo e da vida, para buscar essas constantes reelaborações, visto ser produto dessa demanda do sempre fazer-se, constituir-se, por força das novas exigências sempre apresentadas para guardar, para conservar, algum sentido, verdadeiramente – algum veio na rota –, da esperança, da unidade, da sintonia entre os humanos, sem se anular, de todo, podendo haver diálogo produtivo, que é algo muito necessário (p. 15-16)

A

Então, avançando a escrita, deixo por ora, o quadro da filosofia de Rousseau, recupero o registro, de espanto, admiração, de Renata Lo Prete, ao fechar o quadro no JG de ontem, dia 26/01, em que foi entrevistado Zeca Pagodinho, para afirmar que sempre tem um fundo de verdade no mito criado em torno do artista popular, do grande cantor, que se apresenta para o grande público.

Mudei meu conceito, não obstante, com relação a este cantor popular, pois vi ali todo o mérito daquele que se mostra, de maneira espontânea, ao descrever sua trajetória bem sucedida ao unir gerações em torno de sua música que, expressão de um grupo, caracterizadamente, próprio, de pessoa, impacta aos jovens artistas do mesmo gênero.

Note-se que antes deste registro, com efeito, tínhamos em mente a figura mais esparsa, vaga até, na lembrança, do criativo, enigmático, e misterioso até, Chico Buarque de Hollanda, que também é parte neste sentido, que Regina Zappa (1999) ajuda a entender em "*Chico Buarque - para Todos*", este livro, notadamente imperdível.

No meu esforço de desenvolver uma reflexão sobre a filosofia da cultura, começado no contato com a filosofia moderna e, depois, contemporânea, foi com Chico Buarque que pude primeiro compreender o valor de aproveitar-se a existência de um bloco de notas; trata-se da obra produzida por ele mesmo, que aqui, claramente, empreendemos, realizamos, um gracejo, cuja leitura ele sempre recomendaria que se [re]fizesse, julgando este estar entre suas melhores obras.

Ai encontro o germe de sua produção, de suas composições musicais, seus textos literários, que floresceriam, brotavam, de motivações inconscientes, de inspirações escusas, alheias, estabelecidas justo às madrugadas, quando vem, acorda, depois, levanta, a fim de anotar, compilar, imprimir, para moldar ao jeito, digamos, que se torna compreensível ao do mundo vigio!

Chico, com efeito, é este testemunho vivo, notadamente, do homem que cresce entre duas cidades, dois mundos, gerando uma obra, a um só tempo, 'popular' e 'fina', visto que sai da ação de um homem sensível, profundo, e também simples, chegando a seu intento um pouco por acidente, igualmente a Zeca, ou mesmo, no campo especulativo, mais, ou por Rousseau, ou, contemporaneamente, quem sabe, Sartre, na filosofia, no quadro da sua arte, maior, aí radicando motivo e fonte de toda beleza, abrigoando, finalmente, o que é bonito.

Não há como negar, temos aqui o princípio da *humanitas*, disposto à integridade do homem, efetivado pela elaboração de cunho estético que, nos começos, confabula, querendo-se ou não, com Marx & Engels, isso convencionalmente falando, ainda que se resista a assim pensar, enquanto algo mais amadurecido, em um plano inicial de conversa, conectando-se a cultura com a política e vice-versa, na certeza de que se tem uma intenção estabelecida por uma causa maior, quase sagrada, delineando-se ante o sonho, ante um ideal utópico, no desejo de chegar a verdade, a concreta felicidade, a plenitude, que é a arte que nos possibilita acreditar, ou, antes, que a fé que permite consumir.

B

Terminamos por fundir a especulação toda, no geral, voltando ao século XVIII, enquanto peça de música, marcada pela perfeição vocálica, literária, centrando-se, com o restante, na esfera melódica, tornada base maior, após a crise do pensar cartesiano inicialmente, pondo a linguagem, esta última sobretudo, enquanto grande paradigma, do pensamento pré-crítico das Luzes, no início da modernidade, contendo germe, inclusive, de existencialismo, já, neste contexto, configurado, aliás, doutro modo.

E é assim, igualmente, que a escrita confessional e autobiográfica, com seu caráter literário, romanesco, não assente enquanto um lugar à margem, periférico, separado, visto que é aí que é recortada a sublimidade de semelhantes registros, superando o lado lúgubre, melancólico, desolador, para baixo, que lhe caracteriza, convencionalmente, de início, sobrepondo-se semelhante registro, o qual carrega sua forma própria de engajamento, revelando-se, agora, como tomada de partido, e ação transformadora, focalizando trunfo, redentor, ao final, com sucesso.

É deste mesmo lugar, em suma, que também se subtrai seu plano inspirado, alvissareiro, anunciando o colorido da vida, requerendo a criatividade do agente, sendo posta em curso, vendo-o por este outro âmbito. Quer dizer, carrega o valor de dissidência, de relutância, de protesto, esperança de êxito, de seguir a senda que é propriamente sua, valendo a pena esperar, requerendo ser olhada, igualmente, pelo conjunto da obra, da qual subtrai-se esta unidade que é consumada de suas ideias, fazendo-o autenticamente, a meu ver, de Rousseau, em especial, um filósofo .

Mas D.W. Hamlyn (1987), de sua parte, escreve: “*Ocasionalmente se diz que Rousseau não foi um autêntico filósofo. Fez sem dúvida alguma parte do Iluminismo na esperança de que um mecanismo pudesse ser construído para promover o bem-estar humano – e foi um philosophe nesse sentido. Infelizmente, seu confuso otimismo é vulnerável ao abuso, como demonstraria a história subsequente, tanto intelectual quanto prática*” (p. 254).

Lê-lo é que a nós permite notar, explorando a perspectiva da unidade da obra, que ele tem um problema teórico em mãos, e é isto que o faz realmente um filósofo, no modo como posso então entender!

Pessimismo e otimismo não seriam atributos suficientes para definir um autor como filósofo, como especulador, mas sim se este consegue ter um problema teórico enquanto móvel especulativo, e Rousseau o tem mesmo que esta identificação passe por este entendimento de que não há uma separação nem branda, nem vigorosa, das obras. O que quer dizer que vale parafrasear Jean Starobinski, o qual indica ser mais acertado estudar seus textos como eles nos aparecem neste turbilhão, neste sério e abrupto pinga-fogo, entre a vida pessoal e a questão objetiva, que se mostra presente, sem maiores preparativos. Desfaz-se a ideia de que ele constrói seu pensamento, para o bem ou para o mal, desde uma devida ordem, podendo ser um prejuízo esta lógica que, em verdade, é das emoções, dos sentimentos, mas concedendo a ele, a bem falar, toda a diferença, fazendo-o “artista” e “filósofo”. E isso sem desmerecimento para o que possa haver de prosaico, de abstrato, de matemático, com teor só argumentativo, eminentemente, na escrita, como o desenrolar, digamos, da vida e das paixões, sendo bem vindo, como, efetivamente, é manifestado.

Ou seja, este persegue a unidade, entende que esta existe na obra, mas reconhece, assumindo-se na sua abrangência maior, que não se vê tal como surge em Descartes, ou, em Kant, dentre outros. Este crédito lhe é dado por Franklin de Matos (2001) que acaba de nos deixar, havendo falecido ao término da primeira semana de julho, vendo-o como o intérprete que alcança um nível mais elevado de abrangência, recusando, aliás, o apelo estrito ao famigerado gênero vida e obra, visto que os mistérios e enigmas são ainda maiores, não se explicando tão facilmente, ainda que possa, de modo parcial, dar conta.

A religião, a crença, a fé, a esperança da interferência do milagre, não obstante, é encorajadora dos agentes, tornando-se, de sua parte, uma certa militância, um devido sacerdócio, levando-os a seguirem mobilizados, unidos em torno da ideia, de modo a poderem ter com que comemorar logo a frente, pois o trunfo requer esta concentração em torno da meta a atingir. Ou seja, é justo por muito mirar um devido efeito, por ser algo mais efetivo, que a pena do escritor delinea seu caminho, seu desdobramento, fazendo-se algo do plano, igualmente, das artes mais criativas, se assumindo como substrato que carrega, leva, possui, o tom da aplicabilidade.

C

Torna-se cabível arguir que é a paixão, o coração, entretanto, que estabelece o nexos, forma o relacionamento, cria o vínculo, com o dinamismo, o movimento propriamente dito, afastando a inércia. É *“somente a paixão (que) nos faz agir”* dir-nos-á Rousseau, no influente *Emílio ou Da educação (OC IV, livro III, p. 453)*, no revigorar e alargar das possibilidades humanas, anteriormente, muito mais encolhidas, prontas agora, para abandonarem este estreitamento que era, aliás, cada vez maior, e aqui, em tal escrito, encontra a real expansão. Estas *“são os principais instrumentos de nossa conservação: é, portanto, empresa tão vã quão ridícula querer destruí-la. É controlar a natureza, é reformar a obra de Deus.”* (OC IV, livro IV, p. 490), quando acontece de aparecer, aliás, ganhando a cena e vindo se apresentar como pré-crítico das luzes, ao condenar veementemente o dogmatismo, os excessos de matemática, do racionalismo abstrato, ou seja, este apelo de fazer-se intelectualista, de se tornarem prepotentes.

Presentemente este exercício do ato confessional, ganhando outro tom, é algo que influencia o leitor, mostrando que tirar proveito do que se aprendeu está em jogo, sendo a busca do pensado efeito, devido resultado, levando tal escrita a séria avaliação, indicando que este âmbito, na pena dos autores, não é inferior, tal como pensa Grimsley (1993), parafraseando-o aqui, aos supostos trabalhos didáticos, sugeridos, por não articular conceitos, teorias. Pois volta ao ponto do escrito, neste momento, que encaixa o propósito do artista popular, da religião da natureza, da esfera cósmica, na sua origem, da filosofia de tipo prático, aspirando, pleiteando, a popularização, o fazer mais simples e direto.

Tzvetan Todorov (1985) quer que o contato, finalmente, com os escritos o auxilie, o dê recurso, o instrumentalize, para viver melhor, para se aproximar de seus sonhos acalentados, dos quais necessita, a fim de estar situado, de todo, neste mundo.

Veja-se as *Confissões*, deste exegeta, que se revela importante, notadamente, sobre este convergir do autor e da trajetória, respectiva, que desenvolve de mudança nas suas impressões. “*A leitura a que me dedico [dos textos] tem, pois, uma finalidade que não é filosófica nem literária (ainda que tenha tirado proveito dos comentários que literatos e filósofos tenham dedicado ao mesmo autor). Caso tenha que lhe dar um nome, a chamaríamos, antes bem, prática*” (idem, p.11).

Ao acessar J.-J. Rousseau, hoje em dia, afirma o referido e prestigiado comentador. “*Não podemos menos que assinar-lhe uma clarividência profética. Seus adversários diriam que todavia não nos temos livrado dos mitos que nos há encerrado*” (id.,ibid). Mas é evidente, para este aqui, que seu pensamento não vai ganhar, ou assumir, esta frieza do cálculo, e há quem diria que ele consegue mesmo corrigir-se, quando precisa encontrar a porta, que conduz do âmbito da consciência, ao plano, da racionalidade lógica, consumada.

Percebo, assim, no que haverá de se constituir tal presença, da lei e da própria autonomia, enquanto indicativo de amadurecimento, de reivindicação de direitos, de recusa do plano antes, mesmo, natural, espontâneo, transparente, cristalino, gerando crescimento, avanço, em relação ao mérito individual deste, edificando propriamente a cultura, ancorando na fonte irradiadora, fixa, imutável, aceita, cabível.

D

Ao assumir, presentemente, este resultado agora efetivado, Todorov (1987) indica como se deu esta mudança de impressão acerca de sua escrita, reconhecendo o modo como se estabelece seu papel ativo, dando-nos a clareza de que é possível se colocar junto com ele na empreitada, bastando não abraçar o preconceito que seria abominável.

E este junto aqui significa ler seus textos, corretamente, dando-se, por ora, a orientação de como há de ser assumir a verdade dos mitos, assimilar a religião de cunho natural, associada ao coração, mergulhar no profundo que vem da poesia, mesmo que a linguagem seja simples, tal qual o são os poemas populares, ou talvez mesmo, neste saber, importante, de espírito enciclopédico, também focado em o garantir a vida. Este discurso de tipo subjetivista, e também, n’alguma medida, direto, objetivo, pragmático, unificador, conecta, a bem dizer, a verdade, sendo uma espécie de fator que a nós tende a levar ao eterno, ao que para sempre fica.

Vale a pena a transcrição, final aqui, correto dizer, afirmar, é bem verdade, da passagem, para melhor explicar este assunto:

Sem embargo, durante muito tempo, experimentava certa reticência frente ao pensamento de Rousseau. Ainda que admirasse sua dicção – grande eloquência, melhor dizendo -, me sentia molestado pelo que se me manifestava como uma consciência extremista, até o dia em que compreendi que o que tomava pelo extremismo de um pensamento só era, em realidade, sua intensidade. Rousseau pensa de um modo tão intenso que ao instante logo percebe as premissas distantes e as últimas consequências de cada

afirmação e nos comunica. Mas isto não quer dizer que ele assuma tudo o que diz. É certo que me havia deixado enganar, precisamente, pela aparente simplicidade de sua linguagem: acreditava entender cada oração em si mesma e ousava perguntar-me por sua categoria no sistema total de Rousseau. Uma vez feito este descobrimento, as barreiras se desfazem: não porque lhe dê a razão de todo senão porque aproveito sua força para tratar, de pensar, por minha vez (p. 11-12, Trad. caseira).

Quer isso dizer, ao fim e ao cabo, buscar pensar por nós mesmos.

E

Veja-se o quanto é imprescindível retomar a leitura de Rousseau e avaliar o “*lugar verdadeiro*” desta escrita. Não seria à toa que ele define suas *Confissões*, em algum ponto de sua narrativa, enquanto seu “*melhor escrito*”. Ante esta constatação, pude abandonar o equívoco de achar que devesse completar a pesquisa para publicar meus últimos dois livros autorais sobre Rousseau. A verdade que a todos pertence é um lugar-comum, dispensando a vaidade, sendo seu móbil o ato criativo, dispensando render-se a moda, deixar o que não inquieta, apesar de a seriedade lhe ser bem cara, mesmo segurando o riso, com atropelos, efusões, aceitando devidas formalidades, sem contornar alguns protocolos, etc.

Que o Chico Buarque de Hollanda, por outro lado, define, numa entrevista, seu bloco de notas, para aqui completarmos, enquanto seu trabalho preliminar a ser relido, sendo ele neto de quem produziu um valioso dicionário, bem expressivo na língua portuguesa; que o Zeca Pagodinho possa ser apreciado com sua fala e seu canto popular; que a *mitologia grega clássica* tenha este lugar, por outro lado, na obra de um Francis Bacon, sendo a nós direcionado para a força que estes carregam, compreendendo que subtrai daí igualmente um acalentado poder, a seu modo, fazendo-se suficiente para aquele momento em que aparece, vivo, ativo; que a escrita *autobiográfica* ganhe, finalmente, outra conotação em Lukács, movendo-se em torno do trabalho teórico e político também, tendo uma tal escrita, aliás, este caráter enciclopédico, não exatamente narcisista, apologético, e mesmo revelador de patologias sérias, ou do estado de depressão, que envolve-a muito vezes, e que se estaria acostumado a se acreditar que é reduzida a isso, servindo para aliviar sofrimentos, desde o caso Rousseau, por um esforço maldoso e ideológico, preconceituoso, reducionista, negativo até, para a inteligência humana, mergulhada, todavia, nos seus textos, na intenção de preservá-lo, mas, aqui, positivamente!

Aliás é afirmado por Luciano Acciolly Moreira e Talvanes Maceno, na nota editorial, do texto traduzido, de Lukács (2017), e publicado pelo Instituto Lukács, contemporaneamente: “*Fique lembrado de que toda a sua vasta bibliografia é toda ela pontilhada por numerosos escritos autobiográficos*” (p.8) ainda que “*Pensamento vivido. Autobiografia em diálogo*” tenha sido fruto de entrevista, como outras que empreendeu, este aqui, no entanto, quando já estava muito debilitado e impossibilitado para escrever, demarcar limites, diferenciando verdade de falsidade, que muito gostaria de fazer.

Este autor marxiano, inclinado a desfazer a ortodoxia marxista, ainda que marxista, sabe do valor desta escrita, contendo tal natureza, por fim, servindo de base, até, à dimensão ética, passando por uma espécie de estetização da existência propriamente, ainda que, por Rousseau, possa ser pensada, também, ou mesmo antes, como algo mediado, por uma ordem racional, *a priori*, ligada a um imperativo de cunho moral, mesmo que o processo de secularização e de laicização, da existência, não seja, aí, de todo negado. Isto embora a devoção religiosa também tenha seu lugar na vida de um homem que circula, ao mesmo tempo, entre pensamento e existência, sem temer avaliar-se, como lhe é permitido, pensar, nas diferentes ocasiões, devidas, apresentadas, experimentadas, refletidas, e que pode encontrar seja no verbete de música, ou na narrativa, simples, de cada evento, seja nas confissões, o meio de ligar-se com todos os mundos, recuperando, noutra nível, um ordenamento perdido, mas não perdido, por ser renovado, reinventado, suprimido, assumido de outra forma, quer dizer, diferente, etc.

PALAVRAS FINAIS

Esta linguagem, esta forma de expressão, define um prazer, uma satisfação, mas abre o domínio da cultura servindo de móvel para este fazer, ao mesmo tempo, diverso, múltiplo, e que tanto deleita, quanto instrui, e melhora o homem, enquanto também lhe afasta do que fica sempre no mesmo lugar, indicando esta verdade, igualmente, rousseauniana, de que “*viver é sentir*”, mas sabendo que viver, existir, estar aqui concretamente, não é só sentir, é pensar, é criar, inventar, isto é, revelar um quinhão, pequeno, do que o homem pode construir, edificar, estabelecer, dando brilho ao seu ciclo, neste universo, da cultura, da vida social, que se não é marcado, como o quer acreditar, inclinado mais ao socorro do dogma, por uma essência afixada invariavelmente, de sua natureza, revela, inclusive, o grande poder, pelo contrário, de sua potencialidade, virtual, curtamente reconhecida.

Tão importante como se fazer um agente livre, é valorizar o seu tato para a perfectibilidade que, senão é infinita, pois lhe cabe, aliás, a finitude, da vida secularizada, pelo menos consegue deixar-lhe a certeza de que pode muito se desenvolver. Isso de acordo com sua escolha estabelecida, sua opção criada, e delineada, ainda que o sentido restaurador, da fé, do religioso, não precisaria ser abandonada; poderia um ente conhecido, ou não conhecido, alegrar-se com o que há de dócil, num discurso gratuito, simples, sem fins excessivamente pensados, utilitaristas, senão resignado ao sigilo, ao puro relaxar, a paz, em outros termos, ao descanso.

O que estaria valendo seria, portanto, a harmonia, indo de acordo, então, com a outra versão da escrita confessional e autobiográfica, esta preliminarmente estabelecida, que da mesma forma, aqui, é aventada, claramente, ligando com o caminho de encontrar gosto, estar realmente feliz, confortável, tendo saúde, sabendo que a passagem, que seria o ciclo vital, é para ser vista, de bom grado, tendo algo de diferenciado, notadamente, entre os diversos fenômenos e acontecimentos estabelecidos com nossa gerência ou não, sendo repostos, revistos, critérios já desgastados e que, ao insistirem em se manter, ao final, terminam, em rigor, por atrapalhar.

REFERÊNCIAS

ACTAS DEL CONGRESO/ANAIS DO CONGRESSO. **Resúmenes/Resumos**. (2024. Buenos Aires, Argentina). Vol. 1, N°1, CONGRESO DEL GEI-ROUSSEAU. **Rousseau y el Siglo XVIII. Diálogos Ibero americanos**. Buenos Aires, – UNIPE. Goiânia-Go, Fac. de Educ. Vera Waksman et. alii (org).

ESPINDOLA, A. de. **Escopo do admirável; ensaio filosófico e político** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022, 211p. (disponível em. <http://www.editorafi.org>).

ESPÍNDOLA, A. de. **Ensaio de leitura de escritos filosóficos clássicos em torno da reflexão ética e política**. São Leopoldo / RS: Editora Nova Harmonia, 2008, 174p.

GRIMSLEY, R. **La filosofía de Rousseau**. Madrid: Alianza, 1993.

LUKÁCS, G. **Pensamento vivo**; autobiografia em diálogo. SP: Instituto Lukács, 2017.

MATOS, F. de. **O filósofo e o comediante; ensaios sobre literatura e filosofia na Ilustração**. prefácio de Bento Prado Júnior. BH: Ed. UFMG, 2001, 267p.

ROUSSEAU, J.-J. **Escritos sobre música**. Valencia: Publicacions de la Universitat de València. 2001.

ROUSSEAU, J.-J. **Émile ou de l'éducation**. OC. Paris: Gallimard, 1969, T, IV.

STAROBINSKI, J. **A transparência e o obstáculo**. SP: Companhia das Letras, 1991.

TODOROV, T. **Frágil felicidade; un ensayo sobre Rousseau**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1987.

ZAPPA, R. **Chico Buarque; para todos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Prefeitura, 1999.

ANEXO

A Rosana Marques Franco

In memoriam

[28-11-1963 + 01-07-2024- 60 ANOS]

ESTE ESCRITO, ESTA REFLEXÃO, EU DEDICO A UMA LINDA MULHER QUE TIVE OPORTUNIDADE DE CONHECER, DE CONVIVER, FAZENDO-SE MINHA MELHOR NAMORADA, A MAIS ESPECIAL, QUE, SEM O SABER, NÃO PODIA SUPORTAR UM MUNDO DURO, SEM POESIA. O AMOR, POR ELA TAMBÉM NUTRIDO, ALIMENTADO, NÃO CABIA EM PALAVRAS, PARECENDO SER A RECÍPROCA VERDADEIRA.

ONTEM PELA MANHÃ, ELA, AO ENTRAR NO SEGUNDO SEMESTRE DO CORRENTE ANO, VEIO A FALECER, ENCERRANDO SEU CICLO DE VIDA AQUI, DEPOIS DE TER INÍCIO, EM DEZEMBRO PASSADO, O QUINTO ANO DE SOFRIMENTO, COM UM CÂNCER, PRIMEIRAMENTE ÓSSEO, QUE É SEMPRE TERRÍVEL.

ATÉ NISTO O FAZER BÁRBARO, CONSERVADOR, POLÍTICO, DE ESTARRECER, COMETEU SUA CRUELDADE, MAS ENFIM, DESCANSE EM PAZ, VOCÊ É MUITO MAIOR. E TUDO FOI COMO ERA PARA SER, NESTE BREU, LUNÁTICO, DAS ONDAS.

MUITO ME CONFORTA OLHAR, VER, OBSERVAR, NOTAR, QUE ABANDONASTE ESTE SOFRIMENTO, E QUE PESSOA, ESPECIAL COMO VOCÊ ERA, REALMENTE, NÃO MEREZIA, DE JEITO NENHUM, EXPERIMENTÁ-LO POR MAIS TEMPO.

ENFIM, DESEJO QUE ESTEJA BEM, QUE VÁ EM PAZ, PORQUE, DE FATO, VOCÊ VAI SER LEMBRADA COM MUITO CARINHO SEMPRE.

ADENDO

AO RECORDAR, SEGUNDO AGOSTINHO DE HIPONA, E DIZER “A VIDA CONTINUA, LINDA E BELA COMO SEMPRE FOI”, CABENDO A “VOCÊ QUE AÍ FICOU, [SEGUIR], EM FRENTE”, MESMO QUE O PEDIDO FEITO, ALGUNS DIAS ANTES, QUE NÃO DESISTISSE DA VIDA, MAIS UMA VEZ, TIVESSE ADIANTADO SOBRE A DIFICULDADE COLOCADA PRESENTEMENTE, VINDO A FALECER EM SEGUIDA, TENHO-A, ENQUANTO ALVO DE UMA BOA LIÇÃO, POIS ISTO SE DEVE AO FATO DE QUE NÃO VIVEMOS NO MELHOR DOS MUNDOS, INSIRO OS TEMAS E QUESTÕES, ENTÃO, DE PESQUISA, CUJO O INTERESSE É DOMINANTE, COMUNICANDO AO PÚBLICO LEITOR:

ASSUNTOS E AUTORES

Lê, pesquisa, conserva interesse, pelas diferentes, filosofias, desenvolvidas no século 18 francês. Neste sentido, importam autores antigos, modernos e contemporâneos, sobretudo, se contribuem com a reflexão de Rousseau ou trazem: eco, reflexo ou recebem influência, dele, em qualquer plano, pois é o especulador de interesse central. Filosofia prática: moral, ética, política, estética, educação, religião, sempre foram o âmbito de preocupação, devido o potencial majoritário de tais autores. Mas Rousseau, por um lado, define a direção; por outro, a própria ideia de colaborar com área, de acordo com a necessidade, pela demanda.

Ganha realce, de início, o estoicismo romano, em especial, o filósofo Sêneca, seguido de Epiteto e Marco Aurélio; também o epicurismo. Ultimamente, a filosofia confessional e autobiográfica de Santo Agostinho, nome chave da patrística. Dentre os enciclopedistas: Diderot & D’Alembert, Montesquieu, Voltaire, Condilac, Condorcet, e os seus pares, todos.

No pensar contemporâneo, do século XIX: Ludwig Feuerbach, com a crítica da alienação religiosa, ética, filosofia do futuro, antropologia; Nietzsche acompanha a leitura, vindo observar a moral que vigora no ocidente, o racionalismo abstrato. No século XX: primeiro, Karl Jaspers; depois: Ortega y Gasset, Miguel de Unamuno (existencialistas de orientação cristã); um ímpeto menor, para Sartre, ainda que francês. Devido a Rousseau, sempre acompanha - nossas pesquisas - a recepção de Kant e Cassirer também, o que tem levado a aumentar a curiosidade por esses autores, no ponto auto do iluminismo, e adjacências.

Por fim, desponta a meditação sobre a cultura, estudo da linguagem, reflexão sobre a arte, estética, em função também, da necessidade, de auxiliar, explorando contribuições, igualmente, agora de G. Lukács, no seu empenho de se fazer original, em sentido filosófico, na renovação do pensamento marxiano, mais ainda, com sua estética e o pensar desde o cotidiano, com o recurso ao aprendizado da criação popular. Aqui implica em ir em frente, fazendo-se avesso ao dogmatismo, paralela e de maneira inevitável à leitura de Hegel e Marx, mesmo com o discurso denso e, às vezes, obscuro e difícil, que os caracteriza, pelo lugar que ocupam.

Atualizando o bloco aqui da contemporaneidade, inclina-se, antes do que a estes autores citados, nos parágrafos precedentes, ficar hoje com, ou Leo Strauss, por um lado, ou, então, Deleuze ou Derrida, agora, para sondar um reflexo mais direto dos efeitos da modernidade, ou, como adesão, ou, como recusa.

Pensadores brasileiros, participam, é certo, do universo de atenção maior: Farias Brito ganhou ênfase um dia, com outros do séc. XIX; da geração atual, gosta de estimular o conhecimento do estabelecido por: Gerd Bornheim e Lima Vaz; também: Luiz Roberto Salinas Fortes e Bento Prado Jr, todos ótimos professores.

O PROJETO DAS COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM NA TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA COM OS CONTRIBUTOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL

Data de submissão: 31/07/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Ernesto Candeias Martins

RESUMO: A 'Comunidade de Aprendizagem' (CA) é considerada um projeto/estratégia de transformação sociocultural da escola e meio comunitário envolvente, tendo no seu modelo de organização a pretensão de prevenir os problemas escolares, de convivência, dar respostas e promover medidas de melhoramento do desempenho e rendimento dos alunos, desenvolver aprendizagens com o envolvimento de grupos interativos (famílias, associações, entidades sociais, voluntariado e parceiros socioeducativos da escola, etc.), articulados com a política educativa municipal. A implementação CA só é possível com contributo da educação social e baseando-se na aprendizagem dialógica fundamentada nas teorias de aprendizagem de Vygotsky, Appel, Habermas, Bruner, Freire e pedagogia crítica. A CA favorece atividades de 'êxito' e participação de grupos interativos e, simultaneamente a inclusão e desenvolvimento sustentável da comunidade local. Partimos de uma hermenêutica de análise à literatura/bibliografia de básica à temática, com clarificação conceptual e tendo os seguintes objetivos: Compreender a CA

como projeto transformação da escola e de desenvolvimento local/comunitário, integral e integrador que implica a participação dialógica dos participantes; Identificar no modelo CA os seus aspetos metodológicos; Conhecer a CA na sua visão integral e sistémica do educativo e da aprendizagem na satisfação de necessidades educativas, de partilha de conhecimentos e experiências para uma nova cultura sintonizada com a formação do cidadão; Determinar o papel da educação social na intervenção socioeducativa dentro das CA; Refletir os contributos da CA na integração da educação escolar e não-escolar para melhorar as práticas de aprendizagem e a superação do insucesso e abandono escolar. Apesar dos bons resultados obtidos pelas CA há algumas críticas que lhe são feitas, mas deve-se reconhecer o benefício do diálogo comunicacional como pilar do seu modelo, a interação e participação dos vários participantes, maior atenção às relações 'Professor-Alunos' e 'Escola-Família-Comunidade', melhoria da convivência e contributos para diminuir os conflitos e o insucesso escolar.

Palavras-CHAVE: Comunidades de Aprendizagem; Escola; Pedagogia dialógica; Educação Social; Desenvolvimento local;

THE LEARNING COMMUNITIES PROJECT IN SCHOOL TRANSFORMATION WITH THE CONTRIBUTIONS OF SOCIAL EDUCATION

ABSTRACT: The 'Learning Community' (CA) is considered a project/strategy for the sociocultural transformation of the school and the surrounding community environment, with its organizational model aiming to prevent school and coexistence problems, provide answers and promote measures to improve student performance and performance, develop learning with the involvement of interactive groups (families, associations, social entities, volunteers and socio-educational partners of the school, etc.), articulated with the municipal education policy. CA implementation is only possible with the contribution of social education and based on dialogical learning based on the learning theories of Vygotsky, Bruner, Appel, Habermas, P. Freire and critical pedagogy. CA favors 'successful' activities and participation of interactive groups and, simultaneously, the inclusion and sustainable development of the local community. We start from a hermeneutic analysis of literature/bibliography from basic to thematic, with conceptual clarification and having the following objectives: Understanding CA as a school transformation project and local/community development, integral and integrative that implies the dialogical participation of participants; Identify its methodological aspects in the CA model; Know CA in its integral and systemic vision of education and learning in satisfying educational needs, sharing knowledge and experiences for a new culture in tune with the formation of citizens; Determine the role of social education in socio-educational intervention within CAs; Reflect CA's contributions to the integration of school and non-school education to improve learning practices and overcome school failure and dropout. Despite the good results obtained by CA, there are some criticisms made of it, but the benefit of communication dialogue as a pillar of its model, the interaction and participation of the various participants, greater attention to the 'Teacher-Student' and 'Teacher-Student' relationships must be recognized. School-Family-Community', improving coexistence and contributions to reducing conflicts and school failure.

KEYWORDS: Learning Communities; School; Dialogic pedagogy; Social Education; Local development.

INTRODUÇÃO

Desde a Estratégia de Lisboa, em 2000, que a Comissão Europeia promoveu uma maior coesão social e territorial e inclusão na Europa, tendo em conta a pretensão de desenvolver de forma sustentável inteligente e inclusiva, os níveis inadequados de alfabetização (incluindo digital) dos países membros, o problema de exclusão educativa e do insucesso e abandono escolar, tendo como elemento fulcral uma educação bem-sucedida na melhoria da qualidade e bem-estar da cidadania europeia. Neste sentido surgiu posteriormente Estratégias 2020 e 2030, que deu prioridade ao desenvolvimento de competências dos alunos para uma cidadania ativa, para uma Europa inclusiva assente numa economia do conhecimento transformadora da vida dos cidadãos, das pessoas de diferentes culturas/religiões e da transformação local dos municípios. Paulatinamente, surge a Comunidade de Aprendizagem (a partir de agora CA), considerada como um projeto de transformação sociocultural da escola e um modelo de organização que pretende

prevenir problemas de convivência, dar respostas e promover medidas de melhoramento do desempenho e rendimento dos alunos, desenvolver aprendizagens nos alunos, com o envolvimento de grupos interativos (famílias, associações, entidades sociais, voluntariado e parceiros socioeducativos da escola), articulados com a política educativa municipal - Plano Estratégico para a Educação do Município. Ora esta ação das CA só é possível a partir da educação social (fundamentada numa pedagogia social escolar), baseada no modelo comunicativo dialógico de aprendizagem (cimentada na fundamentação epistemológica de Bruner, Vygotsky, Appel, Habermas, P. Freire, etc.) (GARCÍA YESTE; LASTIKKAM & PETREÑAS CAVALLERO, 2013).

As CA ajudam a inclusão dos alunos, a superação das suas dificuldades de aprender, as situações de indisciplina e as desigualdades socioculturais através da participação comprometida e responsável dos atores educativos da comunidade, em que todos se disponibilizam a compreender a escola compreendendo a educação desejada para os educando e isto provoca uma transformação educativa e social da escola, mudando a forma de entender o sistema educativo e a política educativa local –na base da relação ‘Escola-Comunidade’ (CABELLO, 2010; CARBONELL, 2015).

De facto, o grande propósito da CA é mudar a prática educativa, a organização da aula, as relações interpessoais e a organização escolar. Ora as CA são essa transformação sociocultural e educativa das escolas com a intenção de alcançar uma educação de qualidade para todas as pessoas, abrindo os espaços e promovendo os processos educativos à participação de toda a comunidade, incluindo a forma intergeracional. Ora sabemos pedagogicamente que as aulas e os espaços educativos envolventes ao ensino-aprendizagem permitem aos alunos refletir, adquirir conhecimentos e desenvolver competências (incluindo a inteligência virtual generativa) desde as suas práticas e perceções, sendo as CA um contributo educativo de modificação dessas práticas de modo a favorecer a mudança social e diminuir as desigualdades (ANDRADE, 2007; BARRIO, 2005; WATKINS, 2007).

Efetivamente, as CA, sendo uma aposta de um modelo educativo inserido na sociedade da informação, orientam-se à transformação social e cultural da escola e do seu ambiente envolvente, pois o seu objetivo é o de proporcionar respostas efetivas perante as desigualdades socioeducativas e económicas, agravadas hoje com a diversidade cultural, pois intenta resolver os problemas do insucesso e abandono escolar, a segregação e os conflitos escolar, de tal modo que se apresenta, como complemento à inclusão educativa e social (ELBOJ; PUIGDELLIVIO; SOLER & VALLS, 2002). Norteiam-se numa dimensão participativa que promove a qualidade da educação, possibilitando a abertura a todos os espaços do ambiente social/cultural da comunidade local, para além de fomentar processo de democratização pelo diálogo entre os diferentes atores educativos, que podem ser de diferentes culturas e religiões (FERRADA & FLECHA, 2008; GARCÍA YESTE; LASTIKKAM & PETREÑAS CAVALLERO, 2013). Trata-se, pois de uma abertura da ‘Escola’ à

comunidade local, com a pretensão de melhorar a educação, permitir a ampliação de conhecimentos e dar acesso de oportunidades a todos os educandos, a partir da visão comunitária da educação, ou seja, a CA constrói um modelo positivo de educação (DARABI, 2006; VAN ORA, 2019). A participação dos atores é um desses eixos centrais da CA, a sua base de funcionamento, já que as formas (democráticas) nas que se concreta essa participação e aprendizagem dialógica, depende do contexto de cada comunidade e das suas necessidades e prioridades de resposta (FERRER, 2005).

Este texto assenta na ideia de refletir a necessidade educativa e a participação dos agentes educativos e sociais, dos projetos socioeducativos na implementação das CA, através da aprendizagem dialógica, da inclusão e convivência entre culturas no contexto escolar, numa interdisciplinaridade de contributos, em termos teóricos, de diversas áreas das ciências da educação e das experiências já havidas em Programas da Comissão Europeia, por exemplo 'INCLUD-DE' (Estratégias para a inclusão e Coesão Social na Europa a partir da Educação – entre 2006-2011) e outros na superação do insucesso escolar em especial nos grupos sociais mais vulneráveis (minorias culturais, imigrantes, pessoas com deficiência, jovens, etc.). Não podemos ignorar o papel dos atores locais, como agentes ativos na transformação do território, promovendo diferentes ações, pois o termo 'comunidade' atua pelo compromisso e responsabilidade exercendo direitos/deveres na intenção de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos (FERRADA & FLECHA, 2008; FLECHA & PUIGVERT, 2015).

Recorremos à metodologia hermenêutica na análise à literatura ou bibliografia de base sobre a CA e conceitos afins que a relacionam, estabelecendo os seguintes objetivos do estudo: Compreender a CA como projeto transformação da escola e de desenvolvimento local/comunitário, integral e integrador que implica a participação dialógica dos participantes; Identificar no modelo CA os seus aspetos metodológicos; Conhecer a CA na sua visão integral e sistémica do educativo e da aprendizagem na satisfação de necessidades educativas, de partilha de conhecimentos e experiências para uma nova cultura sintonizada com a formação do cidadão; Determinar o papel da educação social na intervenção socioeducativa dentro das CA; Refletir os contributos da CA na integração da educação escolar e não-escolar para melhorar as práticas de aprendizagem e a superação do insucesso e abandono escolar. Podemos admitir que a CA se relaciona com política educativa (municipal), numa estratégia de desenvolvimento sustentável do território e na transformação socioeducativa e cultural, a partir do protagonismo dos agentes educativos e sociais e dos cidadãos em geral (GARCÍA YESTE; LASTIKKAM & PETREÑAS CAVALLERO, 2013).

EDUCAÇÃO NO CONTEXTO PRÁTICO DA APRENDIZAGEM

A aprendizagem é um fenómeno influenciado pela partilha de conhecimentos e experiências, em que os contextos, ambiente e as interações com os outros servindo em conjunto de andaimes (scaffolding) para a sua construção (FERNANDES et al., 2016). O fundamental é a construção do conhecimento e não a sua reprodução e, por isso, os processos que os alunos põe em prática e o uso que fazem deles é que são fulcrais para construção de novo conhecimento e a sua compreensão. Quanto maior for a ligação do indivíduo ao contexto onde aprende melhor será a aquisição das suas aprendizagens e, por isso, as comunidades de prática funcionam como um processo promotor desse tipo de aprendizagem situada e respetivo envolvimento na prática social em que aprendemos. A teoria da aprendizagem social de Wenger et al. (2002), assente nos princípios da teoria construtivista e contextos de aprendizagem, parte das nossas vivências e da nossa participação social na comunidade. Ora a aprendizagem é uma questão de participar e contribuir para as práticas em que estamos envolvidos.

De acordo com aquela teoria da aprendizagem social, a aprendizagem é situada na prática e os grupos sociais em que ocorre essa aprendizagem são definidos como comunidades de prática. Deste modo, a prática define-se na forma espontânea/improvisada como são realizadas as tarefas, respondendo a uma mudança, num ambiente situacional orientado pelo conhecimento tácito ou em rede (WENGER, et al., 2014). Neste sentido surge o termo ‘Comunidade de Prática’ proposto por Wenger et al. (2002, p. 4) considerandossas como “[...] groups of people who share a concern, a set of problems, or a passion about a topic, and who deepen their knowledge and expertise in this area by interacting on an ongoing basis.” Nessas comunidades a participação social é voluntária e aberta às pessoas interessadas, num processo de aprendizagem inserido nos pilares de interação: o significado atribuído à vida e ao mundo (capacidade de mudança individual/coletivo, o domínio=grupo); sentido da prática (experimentar na ação); a comunidade (partilha em comum, as configurações socioculturais); e a identidade (vínculo local) (WENGER & WENGER-TRAYNER, 2020; WENGER et al., 2022). As próprias tecnologias com as suas dimensões exigem que a comunidade de prática integre: a estruturação social do conhecimento; processos de partilha de conhecimentos – interações com a necessidade de interagir significados; contextos situacionais de aprendizagem, ensino e educação não-formal com realização de atividades específicas de aprendizagem e trabalho em grupo/equipe; gestão da atenção do aprendiz, motivando e apoiando as suas interações síncronas, com momentos percetivos de atenção.

Serve de exemplo destacável o êxito em termos de inovação o trabalho do ‘Centro IDEA-UMinho’ da Universidade do Minho/Braga, que incentiva e desenvolve a constituição de ‘Comunidades de Prática’, em especial as seguintes: ‘*Communitie of Audience Response Systems*’- ARS (desde 2017); ‘*Communitie of Team-Based Learning*’- TBL-Now (desde 2019); ‘Comunidade de Gamificação’ (desde 2021).

Efetivamente, os aprendizes e os aprendentes numa comunidade de prática também são uma comunidade que aprende (CA). Daí que a comunidade de prática emerge para uma comunidade de aprendizagens que transforma a escola e vai envolver os espaços não-formais e informais e o ambiente sociocultural comunitário, numa interação feita pelos participantes, o que implica aprendizagens de conhecimentos, incorporação de vivências, partilha de ações diárias e de convivência social e escolar (VAN ORA, 2019; VIRTUE; MADDOX; PFAFF, 2019).

O conceito 'Comunidade de Aprendizagem' (*Learning Community*) divulgou-se com várias aceções, que originaram políticas e programas socioeducativos em vários países, inicialmente nos EUA, por exemplo: o Programa de Desenvolvimento Escolar de James Comer -Univ. de Yale; Projeto de Êxito para todos de Robert Levin -Univ. de John Hopkins; as Escolas Aceleradas de Henry Levin -Univ. de Stanford; etc. (ELBOJ et al., 2002; RACIONERO & SERRADELL, 2005). Estes programas com intervenção em zonas e ambientes de marginalização, com pessoas em risco de exclusão social, com alunos de famílias vulneráveis, de minorias ou etnias, com problemas de comportamento e conflitos, associado ao desânimo e desmotivação dos professores, tiveram a capacidade de superar o insucesso e abandono escolar em certas escolas, a partir da riqueza da diversidade cultural e do trabalho participativo e comunitário dos agentes educativos e sociais, da colaboração, consenso nas decisões tomadas em conjunto e na resolução de problemas aceitando a responsabilidade (FLECHA & PUIGVERT, 2015). Estes projetos de transformação social e cultural da escola, perante problemas e necessidades educativas e as desigualdades no acesso de oportunidades fazem-nos refletir que a escola deve interagir mais com o meio envolvente e a comunidade, num diálogo igualitário para conseguir uma sociedade baseada na aprendizagem, na educação participativa que preenche e envolve todos os espaços para aprender, desde a sala de aula e escola à comunidade e território local, de modo a melhorar a qualidade de ensino, independentemente do nível social e cultural (ELBOJ et al., 2002; FERNANDES et al., 2016).

CA COMO ELEMENTO TRANSFORMADOR DA ESCOLA E COMUNIDADE

Na verdade a CA é pois: uma proposta educativa comunitária e com dimensão solidária vertida na comunidade local (municipal); um projeto de transformação social e cultural da escola com repercussão e envolvimento da comunidade para o desenvolvimento sustentável; uma proposta de modelo de escola que considera as práticas educativas como formas de superação do insucesso e abandono escolar; uma premissa de comunidade humana com agentes, instituições, recursos e redes de aprendizagem, que envolve a escola, famílias, ruas/bairros, espaços (públicos, privados), bibliotecas e museus, o património material e imaterial e respetiva cultura, os meios de comunicação, as artes e todas as expressões que articulem as atividades escolares e extraescolar; uma

premissa de participação e esforço conjunto entre 'Família-Escola-Comunidade; projeto de organização que prioriza mais a aprendizagem que a educação; projeto que estimula a procura e o respeito pela diversidade, na construção e experimentação dum envolvimento intergeracional e multicultural; projeto que desenvolve sistemas e formas de aprender baseados na cooperação e solidariedade e proporcionando mudanças e estratégias políticas (municipais) e territoriais locais.

Nas últimas décadas a tendência na Europa baseou-se em promover uma maior formação e uma coesão social, que supere os índices de abandono e insucesso escolar e, simultaneamente possibilitar maior flexibilização (curricular, na diferenciação pedagógica, na utilização das novas tecnologias, no acesso a oportunidades educativas e conclusão formativa) e mais aprendizagens, o que implica desenvolvimento (local/municipal), melhor qualidade de vida, convivência e combate à desigualdade social no território e na escola (DÍEZ-PALOMAR & FLECHA, 2010). As CA são um modelo comunitário de prevenção e resolução de conflitos e problemas socioeducativos gerados nas escolas, mas com a sua proveniência e extensão na comunidade, que implica um modelo de escola inclusiva para todos (FERRER, 2005).

Efetivamente, o projeto de CA sendo um processo de transformação da escola e do seu meio envolvente, a partir da intervenção de atuações educativas favorecedoras da participação da comunidade local, permite melhorar os resultados dos alunos e a convivência (objetivos: eficácia, equidade e coesão social) na base: transformação da estrutura e cultura escolar, já que a escola é um agente de mudanças; perspectiva dialógica da aprendizagem (normas e decisões por consenso, potencializando-se a formação teórico-prática pragmática e técnica); implementação de atividades e ações (tertúlias, biblioteca com tutorias, formação dos familiares, grupos interativos de alunos com apoio adultos na execução de atividades, modelo de mediação -dialógico de resolução de conflitos, formação dos docentes, inclusão da inteligência artificial generativa em áreas disciplinares, a participação educativa da comunidade local), que possam melhorar o desempenho e rendimento dos alunos (PUIGVERT & SANTACRUZ, 2006). No fundo, as escolas/instituições educativas que transformam o seu ambiente educativo e meio envolvente (social e cultural) em aprendizagens (formais, não formais e informais) para todos sem distinção.

Uma escola como CA não deixa de ser uma escola centralizada na aprendizagem, onde todos os participantes educativos trabalham em conjunto na pretensão de fomentar uma cultura de participação e colaboração, na melhoria efetiva do desempenho e rendimento académico, valoriza a liderança distribuída numa abertura a aprender dos outros na comunidade escolar e dos espaços da comunidade e ambiente envolvente (KAHN; CALIENES & THOMPSON, 2016). Ou seja, trata-se de uma participação social que implica partilha de ideias, de estratégias, de recursos num apoio mútuo no processo formativo dos educandos e se possível com conexão com outras CA, para o

enriquecimento de conhecimentos e de práticas (redes de boas-práticas), de relações com a comunidade local envolvendo os parceiros socioeducativos das escolas e o município na construção da capacidade de melhoria contínua (valorização do capital pessoal, social e profissional). Uma das características da CA são as expectativas positivas já que aposta no desenvolvimento das capacidades e possibilidades de todos os participantes e contribuindo para desenvolvimento sustentável da comunidade DÍEZ-PALOMAR & FLECHA, 2010).

O seu grande objetivo é a educação em qualidade (integrada e participativa) e a convivência socioeducativa, a partir da renovação de mudança organizativa dando maior protagonismo aos alunos e às famílias, aos agentes sociais e educativos da comunidade e aos serviços educativos do município e à comunidade em geral, com critérios democráticos e de diálogo na diversidade de interações e flexibilidade da prática educativa e de meios de acesso à informação (CABELLO, 2010). As fases de implementação da CA cingem-se às seguintes: Fase de iniciação e sensibilização – linhas mestras do projeto e da sua planificação e análise do contexto (por exemplo análise diagnóstico ou SWOT) com sessões de trabalho de informação e debate com os agentes educativos envolventes; formação dos professores e técnicos a educação, das famílias e alunos, de voluntários e serviços da educação do município para a execução do projeto; Fase de tomada de decisão no compromisso e corresponsabilidade no desenvolvimento do projeto, através de reuniões e envolvimento dos agentes educativos; Fase de surgimento de ideias refletidas oriundas das reuniões e proposta de modelo de escola e de interação com a comunidade (articulação com Projeto Educativo e Plano estratégico Municipal de Educação) e contextualização dos princípios orientadores e geradores da CA desde a escola à comunidade local; Fase de seleção de prioridades para a execução do projeto, tendo em conta os recursos materiais e humanos que implica planificação; Fase de ação com atividades diversificadas e interações entre os grupos o que implica a consolidação do processo de execução da CA e de formação das pessoas; Fase de avaliação e reflexão conjunta entre os agentes sociais e educativos participantes.

Na verdade, as CA, sendo uma forma de inclusão, exigem grupos interativos que possam promover: valores éticos e cívicos de convivência valorizando-se a diversidade; o modelo dialógico de resolução de conflitos para construir relações positivas e no diálogo democrático; compromisso com o projeto de ação/intervenção envolvendo todos os atores educativos da escola em sintonia com o Plano Estratégico da Educação no município; melhoria do desempenho e rendimento académico dos alunos com redução do insucesso e abandono escolar; desenvolvimento de habilidades sociais e interpessoais para uma saudável convivência educativa e social, na base do diálogo e numa educação em qualidade nos processos formativos. Construir uma CA implica revisar a distinção entre 'Escola-Comunidade', 'Comunidade prática e Comunidade de aprendizagens', de 'Cidade educadora e espaços de aprendizagem', entre a 'Educação formal, não-formal e informal', etc., nas conceções e modos de ver todas estas vinculações conceptuais e epistemológicas. O importante é construção de planos educativos e de desenvolvimento sustentável, já que comunidade-escola-município não são entidades separadas, na formação, bem-estar e qualidade de vida das pessoas e cidadãos (ANDRADE, 2007; FLECHA, 2009).

Por conseguinte, nas CA todos os participantes envolvidos aprendem, ajudam-se, partilham e desenvolvem conhecimentos e experiências e no caso dos alunos fomentam a autoestima, o reconhecimento das atividades de 'êxito' ou bem sucedidas no seu desempenho e potencializam a cooperação e a convivência.

PAPEL DA EDUCAÇÃO SOCIAL NA CA

Na atualidade a escola, onde os vários agentes educativos desempenham as suas funções, apresenta desafios evidentes aos quais deve dar respostas por exemplo (SÁEZ, 2019): cumprir uma educação orientada para a formação da cidadania ativa; promover a convivência como baluarte das relações; integrar no processo de escolarização as exigências vindas da sociedade e mercado de trabalho; gerar a autonomia com ações socioeducativas essenciais; articular a interculturalidade com a aprendizagem de valores; produzir a coesão social como eixo da comunidade educativa; fomentar a identidade e o sentido de comunidade; desenvolver uma aprendizagem participativa e aberta à visão do mundo e às formas de vida; converter a educação como inclusiva e para todos. Ora a educação social, a partir da intervenção socioeducativa no contexto escolar desencadeia uma pedagogia centralizada na inclusão, na comunidade e na equidade social, devendo acompanhar as mudanças na escola (inclusiva) e associando-se ao desenvolvimento do processo de socialização, das novas relações de convivência e de comunicação, ocupando-se do social em harmonia com o educativo e colaborando com 'Família-Escola'.

Nas CA um educador social pode dinamizar um seminário com familiares que queiram aprender novos saberes (novas tecnologias), com participação de outras pessoas, assim como a organização da biblioteca com tutoria para alunos e familiares, contribuindo com a sua intervenção transformadora para os objetivos da CA. Portanto, consideramos determinante o papel do educador social, já que a sua profissão tem uma dimensão social e pedagógica geradora de contextos educativos, de ações mediadoras e resolução de conflitos, intervenções formativas e possibilitadoras da incorporação dos alunos na diversidade das redes sociais – desenvolvimento da sociabilidade e relações sociais, na promoção sociocultural numa abertura a novas possibilidades de aquisição de saberes, de bens e de cultura, orientando-os à participação e convivência social (DÍEZ-PALOMAR & FLECHA, 2010).

De facto, as mudanças geradas pela sociedade atual digital e globalização fizeram alterar as formas de interação nas escolas e nas relações, tornando-se uma necessidade a educação social nas respostas e medidas de intervenção aos novos problemas gerados nos espaços e no contexto escolar, os quais são oriundos do exterior – comunidade. As funções do educador social são imensas desde detetar, prevenir, analisar os problemas sociais e as suas causas; mediar pelo diálogo os conflitos escolares, relacionais, de integração e convivência; participar na organização da vida diária da escola; promover e dinamizar

atividades socioeducativas e/ou socioculturais; prevenir comportamentos que prejudicam o processo de aprendizagem (pinheiro, 2021; SÁEZ SÁEZ, 2019). Assim, o papel da educação social, sendo ela a dimensão prática da pedagogia social, é intervir nos novos contextos e situações surgidas na escola, numa articulação com o modelo da CA na melhoria social, educativa e cultural de todos os alunos, professores e famílias (FERRER, 2005).

De facto, as CA dão novas oportunidades às tarefas da educação social a partir de uma nova organização interna e de uma maneira distinta de estabelecer a relação entre a educação nos espaços escolares e nos espaços comunitários exteriores, numa coordenação e potencialização de recursos socioeducativo da comunidade e em sintonia com os serviços educativos municipais (BARRIO, 2005). Por exemplo uma CA numa zona suburbana ou de um barri a tarefa do educador social consiste em intervir no absentismo e abandono escolar e na desmotivação pela escola, interagindo pelo diálogo com a família dos alunos, analisando os seus problemas díspares e do seu ambiente envolvente, convertendo a sua intervenção entre o escolar e a comunidade (PINHEIRO, 2021). Neste sentido as suas ações articulam-se com os serviços educacionais e sociais municipais, com os representantes da comunidade local, com os técnicos de apoio da escola e os professores, de modo a mediar conflitos, ajudar a superar dificuldades de integração e aprendizagem, promover a convivência social e escolar (FLECHA, 2009; SÁEZ SÁEZ, 2019).

Pensamos que a educação social contribui para a sustentabilidade da CA. A participação (dialógica), em todos os níveis de organização, decisão, planificação e atividades, constitui o elemento fundamental nas CA, pois o ensino não é só dos professores, mas também dos outros profissionais da educação, das famílias, do voluntariado e dos agentes educativos da comunidade (MORLÁ, 2015). Assim, os educadores sociais, no seu trabalho conjunto com outros profissionais, podem nas CA dar um novo impulso à tarefa de transformar as circunstâncias que limitam a integração social das pessoas e, simultaneamente promovem a melhoria da comunidade. As funções dos agentes educativos, dentro e fora do espaço escolar e, conseqüentemente realizando tarefas no âmbito das CA, impulsam a transformação da realidade envolvente à escola para a inclusão (educativa e social), com mais diálogo e comunicação, mais valores (respeito, solidariedade) e democracia participativa, mais reflexão e visão crítica, mais conhecimento e desenvolvimento comunitário (FLECHA & PUIGVERT, 2015; GATT; OJALA & SOLER, 2011). Neste sentido a tarefa da educação social é o de assegurar a inclusão daquelas pessoas, em especial dos alunos, que se encontram em situação de risco e/ou de exclusão social, com desigualdades no acesso e à integração no meio escolar e comunitário.

Por conseguinte, segundo a perspectiva de Sáez Sáez(2019) a educação social tem um espaço pedagógico e social no contexto escolar (e comunitário) orientando as suas intervenções socioeducativas, os objetivos e atividades a desenvolver ao encontro das necessidades da comunidade educativa, abarcando nesses contextos experiências educativas inovadoras centralizadas em aprendizagens reais e incorporando os alunos e os sujeitos participantes nas CA na diversidade das redes sociais e de promoção cultural e social.

REPENSAR AS CA NO SEIO ESCOLAR E COMUNITÁRIO

Dissemos que as CA constituem uma experiência de projeto de transformação (social, cultural) da escola, seja num território rural ou num simples bairro suburbano, numa reorganização de recursos para superar do insucesso escolar, os conflitos e melhorar a qualidade da educação e, conseqüentemente, da vida das pessoas ao nível local (DÍEZ-PALOMAR & FLECHA, 2010). A sua aposta assenta na participação da comunidade e na aprendizagem dialógica (diálogo igualitário, inteligência cultural, dimensão instrumental, aprendizagem por interações, igualdade de diferenças, etc.), mediante liderança na priorização das ações, dos grupos interativos, do trabalho colaborativo, na mobilização da cidadania, intercambio de conhecimentos, melhoria da convivência e favorecimento da solidariedade (FLECHA & PUIGVERT, 2015)

É a partir da participação ativa dos agentes sociais, da escola e da própria comunidade nos diferentes espaços socioeducativos e/ou socioculturais e tomada de decisões na transformação, por exemplo: pela ação conjunta de professores, alunos, técnicos da educação, famílias e de outros agentes e/ou identidades e coletivos na criação de condições de aprendizagem, com introdução do contexto social e familiar na sala de aula, com objetivos e recursos adequados. Por isso, a CA é entendida por estratégia pedagógica, inserida na visão socio-construtivista e da pedagogia crítica e dialógica, integrando um leque de enfoques e medidas específicas e complementares que favoreçam a co-aprendizagem (MORLÁ, 2015). A sua implementação depende das atividades com 'êxito' e do grupo de +essas que se associam à volta da 'aprendizagem', numa dinâmica de diálogo para aprender juntos, resolver conflitos e problemas educativos que os preocupa e construir um projeto comum com repercussão no desenvolvimento sustentável da comunidade (ANDRADE, 2007).

Com o olhar pedagógico a CA preocupa-se em responder ao 'como' e 'porquê' de estratégias e meios para conseguir uma nova forma de atuar da escola, promovendo a planificação e implementação do processo pedagógico assente em princípios da construção social do conhecimento. Essa índole pedagógica procura criar condições da relação dialógica (base da educação) motivando a complementaridade, a reciprocidade, enriquecimento mútuo, compromisso e responsabilidade coletiva (RODRÍGUEZ, 2017; VAN ORA, 2019). O olhar sociológico orienta a CA para preocupações desenvolvimento comunitário (municipal) e melhoria da qualidade do meio de vida das pessoas e da comunidade local. Este olhar dá resposta aos problemas sociais e ambientais (pobreza, isolamento social, exclusão, conflitos comportamentais, desvitalização do tecido social, desigualdades) cria um espírito comunitário de organização de forma de vida, na construção de processos identitários, de sentimentos de pertença, na aquisição de saberes culturais úteis, de modo a conseguir as transformações e mudanças sociais (RODRÍGUEZ, 2017).

Diz-se que o que começa na escola deve ultrapassar as suas paredes para o bairro, para as ruas/praças, para os espaços públicos/privados, para o tecido associativo, para a saúde, para cultura e património, etc., convertendo estes âmbitos e espaços em verdadeiros contextos de convivência social, gerando processos de participação comunitária promotores da cidadania ativa e do desenvolvimento local (MUÑOZ, 2013). Essa transformação da escola em CA, com a participação dos agentes educativos e a incorporação de atuações socioeducativas e envolvimento da comunidade, exige uma ação articulada dos agentes da educação com os serviços municipais da educação e com os próprios atores sociais locais (FERRADA & FLECHA, 2008). Assim, se avança para um município educador, território e fonte de aprendizagens, que articula ações educativas amplas, transversais e inovadoras, com o reforço de poderes e recursos, desde a escola, originando uma pedagogia urbana que incentiva à formação (permanente) e à inclusão, na base da convivência. Este protagonismo dos municípios no desenvolvimento educativo e articulado com as CA promove a participação ativa dos cidadãos pela pedagogia dialógica (FLECHA, 2009).

Simultaneamente essa transformação produz modificações no território e/ou na comunidade e nas pessoas participantes, de modo a superar a exclusão e as desigualdades sociais, através da educação e das aprendizagens formais, não formais e informais (VAN ORA, 2019; VIRTUE; MADDOX; PFAFF, 2019).

Muitas críticas se têm feito à implementação das CA (utópico, falta de recursos, necessidade de número elevado de pessoas dispostas a ensinar), apesar dos resultados conseguidos em vários países europeus e Latino americanos. Haverá que reconhecer que há mais que uma solução para resolver os problemas de complexidade educativa e as necessidades que CA pretende realizar, assente num idealismo pedagógico, pois há outros modelos de projetos que podem conseguir resultados a esses problemas cada vez mais contingentes e dependentes do contexto e comunidade envolvente. A própria contextualização real (escolar, sociocultural e/ou socioeducativa e comunitária) e a matriz educativa (escolar) de complexidade é que determina o modelo e a forma de aplicação das medidas a estabelecer na resolução de problemas educativos e essa diversidade contextual e as experiências e evidências obtidas não nos permite generalizar como uma solução efetiva a estratégia do modelo das CA. Ou seja, é desde o pluralismo de cada contexto que encontramos a melhor resposta perante esse mesmo pluralismo com soluções mais viáveis e eficazes com a combinação de estratégias ou modelos e a CA é uma dessas aplicações de transformação da escola (DÍEZ-PALOMAR & FLECHA, 2010; FLECHA, 2009).

De facto, passamos de um paradigma construtivista a um conversacional, norteado desde o ponto de vista sociológico e pedagógico, mas há mais estratégias para transformar um contexto e uma delas é a aprendizagem dialógica, mas não é a única, nem a mais eficaz para outras situações escolares e contextos e, por isso, as CA é uma dessas soluções eficazes e viável. É óbvio que a aprendizagem dialógica apresenta uma ideia crucial, entre

outras, pela importância das interações sociais e qualidade das mesmas no progresso das aprendizagens, havendo outros fatores que também asseguram essa qualidade (CABELLO, 2010). Essa qualidade da interação social tem muitos fatores metodológicos, mas também surgem fatores internos do processo ensino-aprendizagem que são fulcrais e não se conseguem com certo voluntarismo de interação conversacional (GATT; OJALA & SOLER, 2011).

Por conseguinte, devemos reconhecer perante as experiências realizadas em vários países das CA (em especial, EUA, Espanha, Brasil, Argentina, etc.) o grande benefício é o diálogo comunicacional como pilar do processo desta modelo, que bem organizado e gerido pode conseguir uma maior interação e participação dos vários participantes e agentes educativos (responsabilidade partilhada) e uma melhor atenção às relações 'Professor-Aluno' (situando o aluno no centro dos objetivos do aprender) e 'Escola-Família' (participação ativa e relacionada com a comunidade e meio envolvente), ao acesso de todos em igualdade de condições às aprendizagens constituindo-se todos como participantes do processo ativo e colaborativo.

REFERENCIAS

ANDRADE, M. S. Learning communities: Examining positive outcomes. **Journal of College Student Retention**, 9(1), 1-20, 2007.

BARRIO, J.L. La transformación educativa y social en las comunidades de aprendizaje. **Teoría Educativa**, 17, p. 129-156, 2005.

CABELLO, E. (coord.). **Comunidades de aprendizaje**: Una propuesta dialógica para la participación de las familias en la educación del siglo XXI. Sevilla: Innovación Formativa a través de Internet, 2010

CARBONELL, J. **Pedagogías del Siglo XXI**. Barcelona: Ediciones Octaedro, 2015

DARABI, R.L. Basic writers and learning communities. **Journal of Basic Writing**, 25, 53-72, 2006

DÍEZ-PALOMAR, J. & FLECHA, R. Comunidades de Aprendizaje: Un Proyecto de Transformación Social y Educativo. **Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado**, vol. 67, nº 24, p. 19-30, 2010

ELBOJ, C.; PUIGDELLIVIO, I.; SOLER, M. & VALLS, R. **Comunidades de aprendizaje. Transformar la educación**. Barcelona: Graó, 2002

FERNANDES, F. R.; CARDOSO, T. A.; CAPAVERDE, L. Z. & SILVA, H. F. N. Comunidades de prática: uma revisão bibliográfica sistemática sobre casos de aplicação organizacional. **AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento**, 5(1), 44 – 52, 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v5i1.46691>

FERRADA, D. & FLECHA, R. El modelo dialógico de la pedagogía: Un aporte desde las experiencias de comunidades de aprendizaje. **Estudios Pedagógicos**, XXXIV, 1, p. 41-61, 2008

FERRER, G. Hacia la excelencia educativa en las comunidades de aprendizaje: Participación, interactividad y aprendizaje. **Educar**, 35, p. 61-70, 2005.

FLECHA, R. Cambio, Inclusión y Calidad en las Comunidades de Aprendizaje. **Cultura & Educación**, vol. 21, nº 2, p. 157-169, 2009

FLECHA, R. & PUIGVERT, L. Las Comunidades de Aprendizaje: Una apuesta por la igualdad educativa. **Cultura para la esperanza: Instrumento de análisis de la realidad**, 99, p. 29-35, 2015.

GATT, S.; OJALA, M. & SOLER, M. Promoting Social Inclusion counting with everyone: Learning Communities and INCLUD-ED. **International Studies in Sociology of Education**, Vol. 21, nº 1, março, p. 33-47, 2011

GARCÍA YESTE, C.; LASTIKKAM A.L. & PETREÑAS CAVALLERO, C. Comunidades de Aprendizaje. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales** (Univ Barcelona), XVII, 427 (7), p. 1-11, enero, 2013

KAHN, G.; CALIENES, C. M., & THOMPSON, T. A. A dynamic program assessment framework for learning communities. **Learning Communities Research and Practice**, 4(2), Article 2, p. 1-15 2016. Doi <https://washingtoncenter.evergreen.edu/lcrjournal/vol4/iss2/2>

MORALES, J.A. & BARROSOS, J. (coords.). **Redes Educativas: La educación en la sociedad del conocimiento**. Sevilla: GID, 2012

MORLÁ, T. Comunidades de Aprendizaje, un Sueño que hace más de 35 años que transforma realidades. **Social and Education History**, 4(2), p. 137-162, 2015. DOI: <https://10.17583/hse.2015.1496>

MUÑOZ, J.L. Participación educativa en el ámbito local. **Revista de Educación y Desarrollo**, nº 26, p. 45-52, 2013

PINHEIRO, A. Educação Social em contexto escolar: Uma reflexão sobre a Formação. **Revista Interações**, nº 56, p. 68-86, 2021

PUIGVERT, L. & SANTACRUZ, I. La transformación de centros educativos en comunidades de aprendizaje. Calidad para todas y todos. **Revista de Educación**, 339, p. 169-176, 2006

RACIONERO, S. & SERRADELL, O. Antecedentes de las Comunidades de Aprendizaje. **Educar**, 35, p. 29-39, 2005.

RODRÍGUEZ, F.J.D. Calidad educativa en Comunidades de Aprendizaje: Participación de familiares y voluntariado. **Revista Educación, Política y Sociedad**, nº2(2), julio-diciembre, p. 81-109, 2017

SÁEZ, L. Educadores sociales en la escuela: su sentido, nuevas necesidades y nuevas estrategias. **Educació Social. Revista d'Intervenció Socioeducativa**, 71, p. 15-38, p. 2019.

WATKINS, C. **Salas de aula como comunidades de aprendizagem: o que há para as escolas?** Nova lorque: Routled, 2007

WENGER, E.; MCDERMOTT, R. & SNYDER, W. **Cultivating communities of practice: a guide to managing knowledge**. Cambridge: Harvard Business School Press, 2002

WENGER, E.; O'CREEVY, M. F.; HUTCHINSON, S.; KUBIAK, Ch.; WENGER-TRAYNER, B. **Learning in landscapes of practice**. New York: Routledge, 2014

WENGER, E. & WENGER-TRAYNER, B. **Learning to make a difference: value-creation in social learning spaces**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

VAN ORA, J. P. The impact of learning communities on the experiences of developmental students in community college: A qualitative study. **Learning Communities Research and Practice**, 7(1), Article 2, p. 1-24, 2019. Doi: <https://washingtoncenter.evergreen.edu/lcrjournal/vol7/iss1/2>

VIRTUE, E. E.; MADDIX, G.; PFAFF, K. The Lasting Effects of Learning Communities. **Learning Communities Research and Practice**, 7(2), Article 6, 2019. Doi: <https://washingtoncenter.evergreen.edu/lcrjournal/vol7/iss2/6>

APONTAMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A JUVENTUDE E A MOBILIDADE

Data de submissão: 26/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Elisa Ferreira Roseira Leonardi

O homem aprende no grupo os elementos da cotidianidade (...); mas não ingressa nas fileiras dos adultos, nem as normas assimiladas ganham “valor”, a não ser quando essas comunicam realmente ao indivíduo os valores das integrações maiores, quando o indivíduo - saindo do grupo (...) é capaz de se manter autonomamente no mundo das integrações maiores, de orientar-se em situações que já não possuem a dimensão do grupo humano comunitário, de mover-se no ambiente da sociedade em geral e, além disso, de mover por sua vez esse mesmo ambiente.

Agnes Heller

O campo da pesquisa a ser trilhado para esta investigação mostra-se instigante e veemente pelas razões que me impulsionaram a recortá-lo como objeto de estudo. A juventude e suas relações abrangem um universo de excelência comportamental que assola os mais efusivos estudos a respeito da

comunicação mediada e seu público. Desta maneira, meu entusiasmo converge para a problemática da utilização das tecnologias pelos jovens, mais precisamente pela forma de uso dos mobile sites e o que esta prática converte, no que tange ao conceito de mobilidade, para a juventude no Brasil.

Os motivos da escolha por essa temática, como já deixei transparecer, é claro que são pessoais. Admito que a juventude me fascina no sentido que apresenta intensa e imensa caracterização no desenvolvimento das pessoas. Essa fase intermediária do processo de evolução da pessoa encontra-se no ponto médio entre a infância, onde ainda está em formação a postura pessoal, e a idade adulta, quando boa parte da energia pessoal já foi aproveitada e o momento supõe a maturidade. Além disso, a porcentagem da população que vive esta etapa da vida é bastante significativa no País. Conforme o último Censo Demográfico, mais de 31 milhões de pessoas no Brasil, estão entre 15 e 24 anos de idade.

O segmento composto pelas pessoas de 15 a 24 anos de idade, o qual vinha apresentando taxas de crescimento declinantes desde a década de 70, experimenta uma elevação, nos primeiros anos da década de 90, comparativamente à que foi observada no intervalo intercensitário anterior (3,4% entre 1960 e 1970, 3,1%, no período de 1970-1980, 1,2%, nos anos 80 e 1,7% no período de 1991-1996) (IBGE, online)

Ao observar a juventude e suas relações com a tecnologia e com a condição de mobilidade que ela oferece, entendo que é um campo potencial de interesse científico. Desde 1980, segundo Freire e Lemos, o advento dos computadores pessoais, da internet e dos videogames foi precursor da identificação da Cultura Tecnológica como uma Cultura Juvenil.

Ao faturar seus primeiros milhões antes dos 30 anos, Bill Gates (que fundou a Microsoft com 19 anos) e Steve Jobs (que fundou a Apple com 21 anos) se transformaram em emblemas internacionalmente reconhecidos por catalisarem (ou mesmo inaugurarem) um vasto campo de expectativas (as oportunidades de um novo mercado, novas especializações profissionais) que despontaram com as tecnologias lançadas naquela década. (FREIRE e LEMOS, 2008).

Portanto, o juvenil está ligado ao tecnológico, e por que não dizer que a mobilidade é também relacionada aos dois contextos? Se entendermos a juventude como uma passagem da infância para a idade adulta, podemos concluir que é uma fase de trânsito, móvel. As tecnologias móveis podem nos capacitar a comunicar em trânsito.

A correlação ainda pode se estender em nossos questionamentos quando refletimos que a transitoriedade que nos é oferecida pelas tecnologias de comunicação também pode trazer-nos a instantaneidade nas relações afetivas, já que nos permite uma comunicação muito breve. Se o contato não for aprofundado por outra alternativa que não os aparatos tecnológicos, também as relações provindas deste tipo de proximidade poderão ser efêmeras. A juventude, se considerada como uma etapa entre outras etapas, com certa duração em anos, também teria em suas características a efemeridade? E a tecnologia, que a cada instante nos apresenta novas propostas de aparelhagem, sempre convidando à superação, ao upgrade de nossas máquinas e programas, também não teria intrinsecamente o valor da efemeridade?

Problematizar aspectos e manifestações que considero importantes na relação entre a juventude e a mobilidade, mais especificamente nos mobile sites, é minha proposta neste estudo. Mas pretendo ainda considerar estas reflexões e o questionamento de se a transitoriedade e a efemeridade também não se propagam aos valores juvenis.

Mas, afinal, o que é a juventude? A faixa etária que compreende os adolescentes ou jovens sempre manteve certa linha tênue e instável no que tange à limitação.

Não existe consenso quanto às diferenças e aos nexos entre as noções de adolescência e juventude. Nas esferas acadêmica e comercial, os dois termos são empregados, amiúde, de forma intercambiável, sem maiores preocupações com a distinção conceitual; certos textos, entretanto, procuram sublinhar, por razões de ordem metodológica e/ou política, as particularidades dos dois marcos etários. (FREIRE FILHO, 2006, p. 38).

A partir da reflexão de João Freire Filho (2006), podemos entender a expressão de forma ampla no sentido de faixa etária, ou seja, compreendendo todo o período entre a infância e a fase adulta, e de maneira específica quanto ao apelo comportamental que será investigado.

Algumas balizas estão estipuladas com fim de nortear de forma aproximada o conceito de adolescência e juventude, porém, os indícios ainda não garantem a precisão da terminologia como fronteiras etáticas. O Estatuto da Criança e do Adolescente define como adolescentes aqueles com idades entre 12 e 18 anos. Porém, o documento, que foi aprovado nacionalmente em 1990, não faz nenhuma menção à terminologia juventude.

A Organização Mundial de Saúde elege como bordas cronológicas as idades entre 10 e 20 anos na definição da etapa adolescência e, assim como o documento brasileiro, também não sugere nenhuma referência à juventude. Já a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento considera como jovens os que se encontram na faixa entre 15 e 25 anos.

Contudo, para as Nações Unidas, cada país traz em sua realidade social a mensura pertinente de suas dimensões geracionais. Porém, no âmbito geral, a ONU considera jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Na busca de uma melhor definição para esta fase, também alguns teóricos da História não se ativeram a números exatos e pré-definidos.

[...] essa época da vida, não pode ser delimitada com clareza por quantificações demográficas nem por definições de tipo jurídico, e é por isso que nos parece substancialmente inútil tentar identificar e estabelecer como fizeram outros, limites muito nítidos. (LEVI e SCHMITT, 1996, p. 8).

Diante da vagueza de nortes fixos, no âmbito numérico etário como limitrofes, a opção, como recorte temporal nesta pesquisa, é pelo momento circunstancial na vida das pessoas, quando elas se encontram na fase intermediária da vida, entre a infância e a idade adulta, na etapa quando as pessoas convivem com as mais significativas mudanças psicossociais e alterações de ordem biológica, psicológica e social (ESTEFENON e EISENSTEIN, 2008).

Compreender esta geração, a que chamarei de jovens, considero como medida fundamental para investigar o comportamento dessas pessoas diante das novas tecnologias. Intrínseca a essa reflexão, irrompe ainda a questão do contexto social na definição da condição de juventude da população. Cada época deve às suas gerações a significação de sua temporalidade. Desta maneira, cada tempo define a identidade de sua juventude. Ao que hoje, alguns teóricos chamam de Geração Digital (NICOLACI-DA-COSTA, 2006; ESTEFENON e EISENSTEIN, 2008), já foi caracterizada com demais nomenclaturas que definiam a juventude como era em determinadas épocas e locais.

Não se pode estar preso à concepção de que ser jovem está relacionada a critérios rígidos de conceituação, mas devemos discernir que a juventude é parte de um processo de desenvolvimento pessoal que terá dimensões de acordo com a vivência e a experiência das pessoas dentro de seu contexto social.

Assim, os jovens constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem. (...) Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito inserido em determinada realidade social e histórica. (LARA, 2008, 4).

Dentro da perspectiva de que ser jovem constitui um universo de sensações, pensamentos e ações diferentes das que se prova em outras idades, consideramos neste estudo atores sociais com características próprias de seu cotidiano, expostos a fenômenos sociais comuns em outras estratificações etárias.

Ser jovem [...] significa responder por inserções singulares e experimentar, de forma conflituosa: a hierarquia de classes; as desigualdades sociais; a maior ou menor exposição à violência e os limites entre vida e morte; as condições de gênero, etnia, nível de escolaridade, qualidade de moradia, pertença familiar; a diversidade cultural; o acesso ou a exclusão ao consumo; a participação política, cultural, comunitária; o protagonismo juvenil. (BORELLI e ROCHA, 2008).

Portanto o conceito de juventude que pretendo considerar nesta investigação se aterá, mais que a noção numérica etária, às características desta fase pessoal, ponderando sua comunicação, como vestígio de sua diversidade.

Os corpos mídia e as cidades midiáticas são reapropriados pelos meios massivos. É também por uma forte ocupação das mídias digitais que, hoje, no Brasil, veiculam-se e articulam-se inúmeras manifestações culturais juvenis. (BORELLI e ROCHA, 2008).

Para entender a juventude e suas relações, proponho como primeira parte desta tese aprofundar os estudos especificamente e tecer as ponderações sobre este assunto. Como reflexão seguinte, minha proposta é focar o tema das novas tecnologias da comunicação que trazem a mobilidade e em especial os *móviles sites*.

Para encorpar a segunda parte da tese, proponho uma reflexão sobre as novas tecnologias, suas relações, a mobilidade e ainda, os *móviles sites*. Desde a globalização, do desenvolvimento e evolução da Internet, a humanidade compreendeu que se deslocou em um grande passo para uma nova postura social. As novas tecnologias confirmaram esta emergente etapa. A interconexão entre os computadores, lugar denominado por Pierre Lèvy (1993) como ciberespaço, predispõe o virtual que, longe dos conceitos de lugar físico, afeta as formas como as pessoas vêem e compreendem o mundo.

Entre as novas tecnologias da informação e da comunicação, os que foram considerados aqui como mais relevantes neste processo, são os que permitem a conexão e a mobilidade da sociedade. A convergência tecnológica e midiática insere na sociedade um novo estilo para se viver e uma nova concepção de como levar a vida.

A era da conexão, da portabilidade e da mobilidade é reiterada pelos dispositivos móveis como o telefone celular, os PDAs, os smart phones, etc. Nesta pesquisa, o telefone celular, como dispositivo tecnológico mais acessível a todos, foi eleito para compor a problemática a ser investigada.

Os celulares veem ganhando espaço na vida dos brasileiros desde que começou a funcionar no Brasil em 1990. Atualmente, de dispositivo eletrônico para fazer e receber chamadas telefônicas passou a ser um novo veículo de mídia, pela utilização criativa dos aparelhos que passaram a funcionar também como interface de informação e entretenimento, através da conexão e interatividade (EUGÊNIO e LEMOS, 2007).

E o que são as novas tecnologias? As telecomunicações - transmissão e recepção de mensagens a longa distância por meio de aparato eletromagnético - propiciaram a humanidade a capacidade de superar o espaço físico. A propriedade de armazenamento e de processamento de dados digitalmente, através da computação, rendeu ao homem a evolução cibernética que o conduziu ao contexto globalizado atual. A associação destes dois elementos catalisou o intenso processo de modificações e transformações socioculturais que atravessa hoje a humanidade (BARBIERI, 1983).

O entrelaçamento das telecomunicações e da informática – a telemática permitiu uma diferente percepção da sociedade e da cultura, e fortaleceu uma nova compreensão do mundo. É essencial dizer que entre as características significativas da telemática, está a potencial capacidade de sua ampliação e as tendências futuras de sua expansão. As manifestações mais significativas referentes às tecnologias da informação e da comunicação são a telefonia celular e a internet, que, neste âmbito, também são convergentes (NICOLACI-DA-COSTA, 2005).

Já seus estágios mais recentes estão sendo marcados por outras inovações tecnológicas revolucionárias – as tecnologias da informação e telecomunicação – que estão novamente transformando as formas de vivermos em sociedade (Castells, 2000; Cebrián, 1999; Lévy, 1993). (NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 167).

A organização social sofreu significativas mudanças em função do desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação, que passou ter em ser centro a questão informacional. A informação está para a sociedade atual, como a produção de bens para a sociedade industrial. E o aspecto que mais pode distinguir esta revolução tecnológica é o fato de que, além da informação ser o centro da sociedade, ela também é o elemento que sustenta o ciclo de realimentação em todo o contexto social (MANTOVANI, on line).

A partir do paradigma informacional de Manuel Castells, o uso das tecnologias de telecomunicações obedece três estágios. O primeiro estaria relacionado à disponibilidade de tecnologias oferecidas diariamente às pessoas e à automatização das tarefas cotidianas. A segunda etapa, é referente ao contato dos indivíduos com as atividades e tarefas do cotidiano que são de fato realizadas a partir das oportunidades das novas tecnologias, seria então a utilização e a experiência de uso delas. A terceira etapa refere-se à reconfiguração das aplicações (CASTELLS, 2003) e denota exatamente o aspecto gerado pelo uso constante das novas tecnologias e sua retroalimentação, mantendo o ciclo.

A possibilidade de interação com a tecnologia também evoluiu no âmbito da conectividade, repercutindo na maneira de percepção de mundo dos indivíduos. Este é um dos aspectos mais significativos que será considerado nesta investigação. As novas tecnologias podem produzir novas formas de conhecimento e uma nova forma de estilos de vida. As tecnologias podem enriquecer, quando acrescenta ao indivíduo novos sentidos cognitivos, ou podem empobrecer, porque também massificam as pessoas e ninguém pode estar isento dessa exposição ao grande número de informações (PARENTE, 1993). A realidade deve ser entendida a partir da investigação do virtual.

Com a convergência tecnológica, o ciberespaço torna-se o cenário da vez na sociedade pós-moderna. A convergência das mídias também concretizou suas utilizações para fins de entretenimento.

Essa convergência de várias funções é mais comum nos *PDA*s (ou *handhelds*, *que são os assistentes pessoais digitais*) e PC Pockets. Entretanto, a grande expectativa ainda reside nos aparelhos celulares – menores, mais leves e, por isso, mais portáteis. Estima-se que o celular virará uma espécie de controle remoto para a vida cotidiana do usuário (Mann, 2004), possibilitando a navegação pela Internet através de várias tecnologias, além do controle de vários aparelhos eletroeletrônicos e instâncias do lar (TV, DVD, luzes, portas, câmeras, alarmes, etc.) (VALENTIM, 2005, p. 11, grifo nosso).

Desta maneira, os meios de comunicação e as tecnologias da informação fundam-se ainda mais como essenciais ao cotidiano do sujeito pós-moderno. O emprego do telefone celular é um dos exemplos mais relevantes no âmbito da sua constante necessidade no cotidiano das pessoas. Da sua função elementar de receptor e emissor de mensagens telefônicas, o celular passou a ser um imprescindível dispositivo de interação e conexão, principalmente de utilização dos jovens.

Dentre as tecnologias móvel presente na sociedade destaca-se a telefonia celular. Atualmente, percebe-se uma forte campanha (quase mesmo uma imposição) em torno da necessidade de os sujeitos estarem conectados, sempre aptos a ingressar em processos de interação social. Antes, um dos principais mediadores desse “estar em rede” eram os computadores. Hoje, os telefones celulares assumem esse papel (MANTOVANI, on line).

E o que são os sites a serem estudados nesta tese? Os *móvil* sites são *web sites* desenvolvidos especificamente para serem acessados por dispositivos móveis, como os telefones celulares, *smart phones*, *PDA*s, etc. O layout e a tecnologia também devem ser específicas para função, já que devem oferecer facilidade de linearizar e renderizar em telas relativamente pequenas como as destes dispositivos. Para que se faça uma ampliação do conhecimento sobre estas questões, esta investigação propõe bases teóricas sobre os celulares e a tecnologia WAP, que permite o acesso aos *móvil* sites por meio do aparelho móvel.

O primeiro telefone celular aprovado pela Federal Communication Commission, que é a agência governamental estadunidense responsável por estabelecer as questões regulamentares relacionadas à comunicação pelo rádio, televisão, cabos, satélites e fios, nos âmbitos interestaduais e internacionais (EUA e exterior), ficou apto para funcionamento em 1983. Neste momento, foi iniciado o uso regulamentar e comercial de telefones celulares nos Estados Unidos e no mundo (ABREU e MORAES, 2005).

Já no Brasil, os serviços de telefonia celular móvel passaram a ser efetivados a partir de 1990, iniciando no Rio de Janeiro e depois alcançando os demais estados brasileiros. O SMP, Serviço Móvel Pessoal, é o sistema de telecomunicação móvel terrestre que propicia a transmissão e recebimento de informações entre estações móveis e também para outras estações, ou seja, entre celulares e de celulares para telefones fixos.

Em 2003, os dados estatísticos da Agência Nacional de Telecomunicações apontavam a superação da utilização de telefones celulares pelos serviços de telefonia fixa, contabilizando o índice de 43 milhões de acessos móveis (ABREU e MORAES, 2005). Conforme os dados da Anatel, em 2010, este número cresceu para 184 milhões de usuários dos serviços de telefonia celular. Conforme a Anatel, em 2009, quatro estados do Brasil já apontavam o crescimento de utilização de acessos móveis para mais de um telefone celular por habitante.

Tão relevante quando o desenvolvimento e a expansão do telefone celular como aparato comunicacional, é sua evolução como um veículo de mídia. No contexto atual, a utilidade do telefone celular não pode ser compreendida somente como instrumento de transmissão e recepção de mensagens, mas como dispositivo tecnológico capaz de promover entretenimento, informação, registro, armazenamento e conexão, e ainda de concretizar produções audiovisuais.

A adesão, cada vez mais crescente, pela utilização do serviço móvel foi entendida por alguns teóricos como uma das ferramentas que intensificam a percepção das características do contexto determinado pós-moderno.

As chamadas Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação efetivamente instauraram novas sociabilidades e práticas comunicativas e é possível detectar resistências e preconceitos nas análises que primeiro exploraram as modalidades emergentes de interação entre sujeitos e máquinas. [...] Apesar de alguns estudos terem ultrapassado a constatação de um “mal estar” generalizado diante da presença tecnológica e seus efeitos, ainda persistem investigações que sublinham impactos negativos dos usos dos celulares atinentes a uma radiografia pessimista do contexto atual. (EUGENIO e LEMOS, 2007, grifo no original).

Como proposta para que se chegue a conclusões proficuas sobre as relações entre a juventude a tecnologia dos móbile sites, elegi como terceira e última parte desta tese as reflexões acerca do envolvimento entre estes dois objetos. Para isso, pretendo abordar de forma reflexiva algumas questões relacionadas aos jovens e suas relações com os móbile sites. Pretendo ponderar a sobre como os jovens fazem uso dos móbile sites.

Para isso, intento lançar mão da pesquisa de campo. A proposta é estudar, por meio de abordagem direta, um grupo de jovens classificado como pertinente à mostra a ser pesquisada, e buscar as respostas que deverão conferir-me o resultado fiel sobre as maneiras de utilização dos mobile sites pelos jovens.

Ainda está dentro da proposta de reflexão a questão sobre como os mobile sites permitem sua utilização. Diante dessa prerrogativa, pretendo buscar, junto às empresas que industrializam e comercializam o produto, as respostas para a questão observada. Isto é, através das pesquisas mercadológicas e das informações sobre como se pode usufruir da tecnologia destes aparatos e suas serventias, pretendo buscar a compreensão da demanda.

Ainda para dar conta deste tema, pretendo refletir sobre as questões: Como é a abordagem entre a forma de ser jovem hoje e a interface dos mobile sites. A mudança na materialidade pode alterar a postura ou a relação comunicacional com o meio? A mobilidade produz novos sentidos na juventude? Os jovens produzem novas formas de cognição a partir das novas tecnologias e da mobilidade? E em busca das respostas a estes problemas, a proposta é a reflexão crítica dos argumentos já teorizados por pesquisadores da área, com o objetivo de, ao compreendê-los, possa respaldar cientificamente as observações ao corpus a ser investigado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Leonardo Marques; MORAES, Anamaria de. **Usabilidade de Telefones Celulares com base em Critérios Ergonômicos**. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação de Mestrado - Departamento de Departamento de Artes & Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BARBIERI, Flávio Eitor. **Teleinformática: fundamentos e aplicações**. Campinas: Papyrus, 1983.

BORELLI, Silvia Helena Simões e ROCHA, Rose de Melo. Juventudes, mídiatizações e nomadismos: a cidade como arena. In: Comunicação, mídia e consumo. São Paulo, vol. 5, n. 13, julho 2008, pp.27-40.

ESTEFENON, Susana e EISENSTEIN, Evelyn. **Geração Digital: riscos e benefícios das novas tecnologias para crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2008.

EUGÊNIO, Fernanda e LEMOS, João Francisco. Mídia locativa e uso criativo em telefones celulares: notas sobre deslocamento urbano e entretenimento portátil. In: FREIRE FILHO, João e HERCHMANN, Micael (org.). **Novos Rumos da Cultura da Mídia: indústrias, produtos e audiências**. Rio de Janeiro, Mauad, 2007, pp. 245-262.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Ciberespaço: conceito à procura de um nome**. Revista FAMECOS. Porto Alegre, 2008, nº 37, pp. 25-31.

FREIRE FILHO, João e LEMOS, João Francisco. **Imperativos de conduta juvenil no século XXI: a "Geração Digital" na mídia impressa brasileira**. In: Comunicação, mídia e consumo. São Paulo, vol. 5, n. 13, julho 2008, pp. 11-25.

LARA, Marcos Roberto. **Desafios metodológicos de pesquisa sobre jovens no Brasil Contemporâneo**. Ponto e Vírgula, 2008, 4, 217-230.

LEMOS, André. **Cibercultura e Mobilidade: A Era da Conexão**. Razón y Palabra, Atizapán de Zaragoza, México: vol. 41, Out/Nov 2004.

LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude (orgs). **História dos jovens II: a época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Editora 34, 1993.

MANTOVANI, Camila Maciel Campolina Alves. **Informação e Mobilidade**. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/mantovani-camila-informacao-mobilidade.pdf>, Acesso em 20 de dezembro de 2009.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. **Impactos Psicológicos do Uso de Celulares: Uma Pesquisa Exploratória com Jovens Brasileiros**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Mai-Ago 2004, Vol. 20 n. 2, pp. 165-174

VALENTIM, Júlio. **A Mobilidade das Multidões. Comunicação Sem-fio, Smart Mobs e Resistência nas Cibercidades**. XIV COMPÓS: Niterói/RJ, 2005.

SITES

Agência Nacional de Telecomunicações <http://www.anatel.gov.br/>

Federal Communication Commission <http://www.fcc.gov/>

IBGE http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/default.shtm

ÉTICA MILITAR À LUZ DOS PRINCÍPIOS TEOLÓGICOS: UM ESTUDO SOBRE A CONDUTA MORAL DOS POLICIAIS MILITARES SOB UMA PERSPECTIVA CRISTÃ

Data de submissão: 09/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Fabio Junior Conceição

INTRODUÇÃO

A Polícia Militar é regida pelo regulamento disciplinar do exército, que tem por finalidade especificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a punições disciplinares, comportamento militar, recursos e recompensas. Ética militar é um campo que abrange um conjunto de valores e princípios que orientam a conduta dos profissionais de segurança no exercício de suas funções, regras e padrões de conduta, honra pessoal e pundonor militar regidos por um estatuto. Este estudo se propõe a investigar como esses valores e princípios, fundamentais para a manutenção da ordem e disciplina dentro das corporações militares, podem ser analisados e compreendidos sob a ótica dos princípios teológicos cristãos. A convergência entre ética militar e teologia oferece uma rica base para explorar as implicações morais e espirituais na vida dos policiais militares e conduta desses profissionais.

Os princípios teológicos cristãos fornecem uma estrutura ética que valoriza a dignidade humana, a justiça, a honestidade e o amor ao próximo. Dentro desse contexto, a conduta moral dos policiais militares pode ser examinada não apenas em termos de conformidade com regulamentos e códigos de conduta, mas também em relação aos ensinamentos e valores cristãos. Vamos estabelecer um diálogo entre essas duas esferas, explorando como a fé e os princípios religiosos podem influenciar e moldar as atitudes e decisões dos policiais militares em situações de conflito e adversidade.

O objetivo deste ensaio é contribuir para um entendimento mais amplo da ética militar, oferecendo uma perspectiva cristã que pode enriquecer as discussões sobre moralidade e conduta dentro das forças de segurança. Para alcançar nossos objetivos, utilizaremos uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica de autores relevantes no campo da ética militar e teologia, promovendo uma reflexão sobre a importância de uma base moral sólida e

espiritual na formação e atuação dos policiais militares, destacando o papel da religião como um guia para a prática de uma ética justa e humanitária.

ÉTICA MILITAR E PRINCÍPIOS TEOLÓGICOS

A ética militar é um conjunto de valores, princípios e normas que orientam a conduta dos profissionais de segurança no exercício de suas funções, assegurando a manutenção da ordem, disciplina e honra dentro das corporações militares. Esses valores são fundamentais para garantir que as ações dos militares estejam alinhadas com os objetivos institucionais e sociais, promovendo um comportamento que respeite os direitos humanos e a dignidade de todas as pessoas. A importância da ética militar reside na necessidade de um comportamento exemplar, que vá além do cumprimento estrito das leis e regulamentos, englobando também uma dimensão moral que abarca a integridade, a honestidade e o respeito. No contexto das polícias militares, a ética militar serve como um guia para a tomada de decisões em situações de conflito, stress e risco, ajudando os militares a agir de maneira justa e proporcional. Além disso, a ética militar é crucial para a coesão e a moral das tropas, contribuindo para a formação de um ambiente de confiança mútua e respeito entre os membros da corporação.

Por serem instituições robustas e armadas as policias militares são regulamentadas e disciplinadas por diretrizes que regem a vida e a conduta dos militares, estabelecendo normas claras e específicas sobre transgressões disciplinares, comportamentos esperados, punições, recursos e recompensas. Esses documentos são essenciais para a manutenção da ordem e da disciplina nas corporações militares, garantindo que todos os membros compreendam suas responsabilidades e obrigações. O regulamento disciplinar especifica as ações que constituem transgressões e detalha as consequências para cada tipo de infração, promovendo um ambiente de responsabilidade. Esses mecanismos são vitais para a coesão e a eficiência das forças armadas, pois estabelecem padrões uniformes de conduta e procedimentos que devem ser seguidos rigorosamente. Além disso, ao promoverem a clareza e a transparência, tanto o regulamento disciplinar quanto o estatuto militar contribuem para a confiança e o respeito mútuo entre os membros da corporação e entre a instituição militar e a sociedade.

Os valores e princípios que orientam a conduta dos policiais militares são alicerces essenciais para a integridade e a eficácia de suas funções, garantindo que suas ações sejam pautadas pela justiça, respeito e responsabilidade. Entre os principais valores destacam-se a honra, a lealdade, o compromisso com a verdade e a coragem moral, que formam a base da conduta ética esperada de cada policial militar. Esses princípios são codificados em regulamentos e estatutos que guiam tanto as ações cotidianas quanto as decisões em situações de alta pressão e risco. A honra implica agir de maneira íntegra e digna, mantendo a reputação pessoal e institucional acima de reprovações. A lealdade refere-se

ao compromisso inabalável com a corporação e seus membros, promovendo a coesão e a unidade. O compromisso com a verdade exige que os policiais sejam transparentes e honestos em suas interações, evitando qualquer forma de corrupção ou desonestidade. A coragem moral, por sua vez, é essencial para enfrentar dilemas éticos e tomar decisões difíceis, sempre com base em princípios justos e humanitários.

A introdução aos princípios teológicos cristãos é fundamental para compreender como a fé cristã pode moldar e orientar a conduta ética dos indivíduos, incluindo os policiais militares. Esses princípios estão enraizados nas Escrituras Sagradas, nos ensinamentos de Jesus Cristo, e abrangem valores como o amor ao próximo, a justiça, a misericórdia, a humildade e o perdão. O amor ao próximo, é central na ética cristã e promove ações de compaixão e respeito pelos outros, independente de suas circunstâncias. A justiça, por sua vez, é vista não apenas como um imperativo legal, mas como um mandamento divino para tratar todos com equidade e integridade. A misericórdia implica em atitudes de compaixão e perdão, reconhecendo a falibilidade humana e a necessidade de reconciliação.

A ética cristã, fundamentada em bases bíblicas e teológicas, é uma construção moral e espiritual que orienta a vida e as ações dos crentes à luz dos ensinamentos das Escrituras Sagradas. Vemos na Bíblia, os ensinamentos de Jesus Cristo sobre princípios como o amor ao próximo, a justiça, a humildade, o perdão e a compaixão. O Sermão da Montanha (Mateus 5-7), é um compêndio de orientações éticas que enfatizam a pureza de coração, a mansidão, a misericórdia e a busca pela justiça. Além disso, os Dez Mandamentos (Êxodo 20:1-17) fornecem um código moral básico que continua a influenciar a ética cristã contemporânea. A ética cristã não se limita à conformidade externa às normas, mas busca uma transformação interior que reflita o caráter de Cristo em todas as áreas da vida.

A prática do cristianismo autêntico, fundamentado nos ensinamentos de Jesus e nas Escrituras, exerce um impacto profundo na vida cotidiana dos fiéis, guiando suas ações, decisões e relacionamentos. No cotidiano, a ética cristã encoraja práticas de solidariedade, honestidade e integridade, fomentando um comportamento ético voltado para o bem comum e a coesão social. Isso motiva os crentes a lutar contra a injustiça e a opressão em suas comunidades. Assim, os princípios da moral cristã permeiam todos os aspectos da vida cotidiana, desde as escolhas menores até as decisões de maior impacto, oferecendo orientação aos cristãos em sua jornada espiritual e prática, visando à construção de uma sociedade mais justa e compassiva.

A interseção entre ética militar e teologia cristã revela uma área rica e complexa onde os princípios morais e espirituais da fé cristã podem oferecer uma profunda orientação para a conduta dos militares. Como profissional da área tive diversas experiências em que minha atuação entrava em conflito com o campo da religião. A ética militar, com seu foco em valores como honra, lealdade, coragem e disciplina, encontra um complemento natural nos ensinamentos cristãos de amor ao próximo, justiça, humildade e perdão. Os militares, guiados por uma ética cristã, transcendam a mera conformidade com regulamentos e leis,

buscando uma moralidade mais elevada que reflete os ensinamentos de Cristo. A teologia cristã enfatiza a dignidade e o valor intrínseco de cada ser humano, princípios que podem influenciar positivamente a tomada de decisões em situações de conflito, promovendo a resolução pacífica e a proteção dos direitos humanos. Além disso, a ênfase cristã na justiça divina e na responsabilidade moral pessoal pode fortalecer o compromisso dos militares com uma conduta ética que respeite a vida e a dignidade de todos. A prática da compaixão e da misericórdia, centrais ao cristianismo, pode enriquecer a ética militar ao fomentar atitudes de compreensão e ajuda mútua, mesmo em situações adversas. Assim, a interseção entre ética militar e teologia cristã não apenas amplia o horizonte moral dos militares, mas também oferece uma base sólida para a construção de uma conduta ética que busca a paz, a justiça e o bem comum, refletindo os mais altos ideais da fé cristã no serviço militar.

Entre os pontos de convergência, ambos os sistemas éticos valorizam a integridade, a honra e a responsabilidade pessoal, promovendo a justiça, a honestidade e a coragem moral. A ética cristã, fundamentada nos ensinamentos de Jesus, enfatiza o amor ao próximo, a misericórdia e o perdão, princípios que podem complementar a disciplina e a lealdade exigidas pela ética militar. No entanto, surgem divergências significativas em áreas como o uso da força e a obediência incondicional. Enquanto a ética militar pode justificar o uso da força e a obediência estrita às ordens superiores para manter a ordem e a segurança, a ética cristã promove a não-violência e a solução pacífica de conflitos, destacando a dignidade e o valor de cada vida humana. Essas diferenças podem gerar dilemas morais para os militares cristãos, especialmente em situações onde as exigências da profissão podem entrar em conflito com os ensinamentos da fé. Além disso, a ética militar pode priorizar a eficiência e a coesão da unidade acima da compaixão individual, enquanto a ética cristã chama a atenção para o cuidado com o indivíduo e a prática da misericórdia. Portanto, a integração dos princípios éticos cristãos no contexto militar requer uma reflexão e uma abordagem equilibrada que permita aos policiais militares servir com eficácia e justiça, sem comprometer os valores fundamentais de sua fé.

O papel da fé e da espiritualidade na vida militar é de suma importância, proporcionando uma base moral e emocional que pode fortalecer a resiliência, a integridade e o bem-estar dos militares. A fé oferece um sentido de propósito e significado que transcende as obrigações profissionais, ajudando os militares a enfrentar os desafios e as adversidades com coragem e esperança. Pois de acordo com Carlos A. Medeiros Lamin (2021, pg72) “a profissão policial é uma das mais desgastantes e estressantes, essas circunstâncias, são motivos de problemas pessoais, profissionais e de relacionamento, tanto na área psicológica como na espiritual”. A espiritualidade, por sua vez, promove um espaço para reflexão interior e crescimento pessoal, permitindo que os militares mantenham uma conexão com seus valores mais profundos e com uma comunidade de fé que oferece apoio e solidariedade. Na prática, a fé pode inspirar ações de compaixão, justiça e serviço

altruísta, alinhando a conduta dos militares com princípios éticos elevados. Além disso, a espiritualidade pode servir como um recurso vital para lidar com o stress, o trauma e os dilemas morais que frequentemente surgem no contexto militar, oferecendo consolo, orientação e um senso de paz interior. A prática regular de hábitos religiosos, a oração e a meditação podem proporcionar estabilidade emocional e fortalecer o psicológico, contribuindo para a coesão e a moral da unidade militar. Assim, a fé e a espiritualidade não apenas enriquecem a vida pessoal dos militares, mas também reforçam a ética e a disciplina, promovendo uma conduta que honra a dignidade humana e a justiça. Ao integrar a fé e a espiritualidade na formação e no cotidiano militar, as forças armadas podem cultivar profissionais mais equilibrados, éticos e comprometidos com um serviço que reflete os mais altos ideais de humanidade e moralidade.

CONDUTA MORAL DOS POLICIAIS MILITARES

O comportamento dos policiais nas mais diversas situações são dadas através de diretrizes claras, a disciplina pessoal é promovida através do cumprimento rigoroso dos procedimentos operacionais e da manutenção de padrões elevados de conduta, assegurando a eficácia das operações policiais e a segurança pública. O respeito à hierarquia facilita a coordenação e a tomada de decisões eficazes, garantindo uma resposta unificada e coordenada diante de desafios complexos. A responsabilidade e a honestidade são essenciais para cultivar a transparência e a prestação de contas, fundamentais para manter a confiança da comunidade e o respeito às normas legais. Assim, a integração dos valores do regulamento militar na prática policial não apenas fortalece a eficiência operacional, mas também sustenta uma cultura organizacional que valoriza a ética, a justiça e o serviço público, contribuindo para um ambiente seguro e respeitoso para todos.

Os policiais militares enfrentam uma série de desafios complexos que afetam tanto sua vida profissional quanto pessoal. Entre os principais desafios encontram-se o enfrentamento diário da violência urbana e do crime organizado, que colocam suas vidas em constante risco. Além disso, o estresse emocional e psicológico decorrente da exposição a situações traumáticas, como confrontos armados e acidentes graves, impacta significativamente sua saúde mental e bem-estar. A pressão por resultados eficazes, aliada à necessidade de tomar decisões rápidas e precisas sob pressão, também representa um desafio constante. Questões como a ética no uso da força, a integridade pessoal diante de tentações como a corrupção, e a conciliação entre os princípios éticos e as exigências operacionais são dilemas morais frequentes. Além disso, a interação com comunidades diversificadas, muitas vezes em situações de tensão e desconfiança mútua, exige habilidades de comunicação e mediação constantemente desenvolvidas. Em face desses desafios, os policiais militares necessitam de suporte institucional adequado, formação contínua e recursos para lidar com as demandas físicas, emocionais e éticas de sua profissão, garantindo assim um serviço público eficaz e alinhado com os mais altos padrões de ética e responsabilidade.

Os policiais militares frequentemente enfrentam dilemas éticos e morais complexos no exercício de suas funções, confrontando decisões que exigem um equilíbrio delicado entre a aplicação da lei e o respeito aos direitos individuais. Dentre esses dilemas, destacam-se questões como o uso proporcional da força em situações de confronto, a gestão de informações confidenciais de modo ético, e a necessidade de agir de forma imparcial em meio a pressões políticas ou comunitárias. Além disso, a tentação da corrupção e o desafio de manter a integridade pessoal frente a oportunidades de benefício pessoal são constantes testes éticos. A responsabilidade de tomar decisões que podem impactar profundamente a vida das pessoas envolvidas, assim como a reputação da instituição policial, adiciona uma camada adicional de complexidade aos dilemas enfrentados. Diante desses desafios, é crucial que os policiais militares sejam capacitados não apenas em habilidades técnicas, mas também em discernimento ético, fortalecendo assim a confiança pública na instituição e assegurando que suas ações estejam sempre alinhadas com princípios de justiça, equidade e respeito pelos direitos humanos, pois de acordo com o artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”.

Tanto na vida civil como na militar a formação moral e espiritual desempenha um papel fundamental na criação de líderes e profissionais capacitados não apenas em habilidades técnicas, mas também enraizados em valores éticos sólidos. A ética oferece aos policiais militares um conjunto de princípios fundamentais para orientar suas decisões em situações complexas. Além disso, a espiritualidade proporciona suporte emocional e inspiração, fortalecendo ainda mais o combatente frente ao estresse e traumas, promovendo um senso de propósito e significado na missão militar. Integrar esses aspectos na formação militar não só fomenta condutas éticas e compassivas, mas também reforça o compromisso com o serviço público e a promoção de valores que defendam a paz, a justiça e a dignidade humana em todas as circunstâncias.

Programas e iniciativas de formação religiosa nas corporações militares desempenham um papel significativo na orientação ética e no bem-estar espiritual dos membros das forças armadas. Esses programas geralmente oferecem espaços para estudo bíblico, reflexão espiritual, práticas de oração e aconselhamento pastoral, proporcionando um suporte emocional e moral que complementa a formação técnica e operacional. Além de fortalecer a coesão dentro das unidades, essas iniciativas promovem um ambiente de camaradagem e confiança, essencial para o trabalho em equipe e para a manutenção da moral elevada. A formação religiosa também facilita uma compreensão mais profunda dos valores fundamentais que orientam a conduta militar, como o serviço desinteressado, a responsabilidade pessoal e o respeito pela dignidade humana, contribuindo assim para um serviço militar mais humano e ético.

Como integrante das fileiras da corporação posso afirmar que agregar princípios cristãos na formação militar seria fundamental para cultivar valores éticos e espirituais, oferecendo ensinamentos que exploram temas como justiça, misericórdia, e responsabilidade moral à luz das escrituras. Além disso, promover práticas espirituais como a oração, o estudo das Escrituras e momentos de reflexão individual e coletiva pode fortalecer a moral dos militares, ajudando-os a enfrentar dilemas éticos com integridade e compaixão. Incentivar líderes militares a modelar comportamentos baseados em princípios cristãos, como humildade, serviço altruísta e perdão, também é crucial para inspirar uma cultura de liderança que valorize o bem-estar humano e o respeito mútuo dentro das fileiras. Por fim, estabelecer programas de mentoria e apoio pastoral que respeitem a diversidade religiosa, oferecendo suporte espiritual sensível e acessível a todos os membros das forças armadas, isso não apenas enriquece a formação militar com uma base ética sólida, mas também promove um serviço militar que busca o bem comum e a justiça em todas as suas operações e interações com a sociedade.

As implicações práticas para a conduta dos policiais militares, à luz dos princípios teológicos cristãos e da ética militar, são profundas e abrangentes. Integridade pessoal, respeito pelos direitos humanos, e um compromisso com a justiça e a compaixão emergem como pilares essenciais que devem guiar suas ações cotidianas. Em situações operacionais, isso se traduz na aplicação equitativa da lei, na proteção da vida e da dignidade de todas as pessoas envolvidas, e na construção de relações de confiança com as comunidades atendidas. A prática desses princípios não apenas eleva o padrão ético das operações militares, mas também fortalece a coesão interna e a legitimidade externa das instituições policiais, promovendo um ambiente de segurança pública que é não apenas eficaz, mas também humanitário e justo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo relevamos a interseção entre a ética militar e os princípios teológicos cristãos, destacando a importância desses princípios na formação e na conduta dos policiais militares. A revisão da literatura sobre ética militar evidencia que os valores tradicionalmente ensinados nas academias militares, como disciplina, lealdade e responsabilidade, estão profundamente alinhados com os valores cristãos de integridade, serviço desinteressado e respeito pela dignidade humana. As condutas éticas inspiradas por princípios cristãos demonstram como os policiais militares podem integrar esses valores em situações operacionais complexas, promovendo não apenas a segurança pública, mas também a justiça e a compaixão nas comunidades que servem.

Contudo é evidente que a ética militar cristã não apenas complementa, mas também enriquece os princípios éticos tradicionais da profissão. A análise dos valores militares à luz dos princípios cristãos revela uma convergência que fortalece a coesão organizacional

e a eficácia operacional das forças policiais. Observa-se que a formação ética e espiritual desempenha um papel crucial na preparação dos policiais militares para enfrentar os desafios éticos e morais do serviço. Integrar princípios cristãos na formação militar e suporte espiritual, são fundamentais para promover uma cultura organizacional que valorize não apenas a competência técnica, mas também a integridade moral e o bem-estar emocional dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

LAMIN, Carlos André Medeiros. *Projeto Polícia e Igreja: manual para implantação da capelania voluntária*. SP: Publicações Pão Diário, 2022.

NETO, Custódio Alves Barreto. *A Missão de Deus para o Policial*. SP: Publicações RBC, 2021.

LUCAS, Ozéias. *Cristianismo para Policiais: cumprir a missão sem errar o alvo*. SP: Publicações Pão Diário, 2021.

NICOLAS, Ferreira. *O Cristão e a Política: descubra como vencer a guerra cultural*. SP: Editora Vida, 2023.

Alves, Evandro Teixeira. *A Polícia e a Igreja: uma parceria para o desenvolvimento da comunidade e o combate à violência*. SP: Universidade da Família, 2012.

BRASIL. Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Disciplinar do Exército. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Legislação do Estado do Paraná. Lei 1943 de 23 de junho de 1954. Códio da Polícia Militar do Paraná. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=14555&codItemAto=157326>>. Acesso em 12 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>>. Acesso em: 03 jun. 2024.

AS RELAÇÕES DE PODER E FAVORES NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Data de submissão: 22/07/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Wcleverson Batista Silva

Formado em Filosofia, Sociologia, História e Pedagogia, com mestrado em Literatura. Autor do livro *O Grande Sertão: tempo, memória e linguagem*. Professor universitário pelo Centro Universitário do Vale do Araguaia – UNIVAR. Barra do Garças-MT

Resumo: O artigo explora as dinâmicas de poder e favores no contexto da política institucional. Utilizando uma abordagem multidimensional, integraremos teorias de filósofos e sociólogos renomados como Zygmunt Bauman, Hannah Arendt, Max Weber, Foucault e Pierre Bourdieu para desvendar como essas dinâmicas operam em diferentes níveis e influenciam a governança e a vida cotidiana. O trabalho analisa a modernidade líquida, a vigilância, o poder simbólico e a polarização política, destacando a complexidade das relações de poder e suas implicações para a justiça social e governança eficaz. Ao integrar essas perspectivas teóricas, o artigo oferece uma análise crítica e abrangente das relações de poder e favores na política institucional. Essa abordagem multidimensional é essencial para compreender as complexas

interações que moldam a sociedade contemporânea e para formular estratégias que promovam justiça social e governança eficaz. O trabalho destaca a importância de reconhecer e enfrentar as dinâmicas de poder e favores para construir uma sociedade mais equitativa e estável.

Palavras-chave: Vigilância; Controle; Poder

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea está imersa em complexas redes de poder e influência que moldam tanto as estruturas políticas quanto as interações sociais. Este artigo busca explorar as dinâmicas de poder e favores dentro do contexto da política institucional, utilizando uma abordagem multidimensional que integra teorias de renomados filósofos e sociólogos. Ao navegar pelas perspectivas de Zygmunt Bauman, Hannah Arendt, Max Weber e Pierre Bourdieu, este trabalho pretende desvendar como essas dinâmicas operam em diferentes níveis e como influenciam a governança e a vida cotidiana.

O conceito de modernidade líquida, impresso por Bauman, fornece um pano de fundo essencial para entender as rápidas e fluidas transformações na sociedade global, que afetam as relações de poder e introduzem uma crise não apenas econômica e política, mas também de valores e estruturas sociais. Foucault, com sua análise sobre a vigilância e o poder disciplinar, revela como as tecnologias de controle moldam a psique individual e coletiva, perpetuando formas sutis e onipresentes de controle social.

A perspectiva de Arendt sobre o poder, enfatizando a ação coletiva e o consenso, contrasta com a visão tradicional de poder como imposição de vontade. Sua análise destaca a importância do espaço público e da participação ativa para a sustentação do poder legítimo. Weber, com sua tipologia de dominação, oferece uma compreensão abrangente de como diferentes bases de legitimidade sustentam regimes de poder e como essas formas evoluem em resposta a mudanças sociais e políticas.

Bourdieu, ao introduzir os conceitos de poder simbólico e capital cultural, ilumina como o poder permeia os aspectos sutis da vida cotidiana, moldando gostos, crenças e práticas sem coerção aparente. Suas teorias ajudam a entender como as instituições culturais, como a educação e a mídia, contribuem para a reprodução de hierarquias sociais e relações de poder.

Este artigo visa fornecer uma análise profunda e crítica das relações de poder e favores na política institucional, destacando a complexidade dessas dinâmicas e suas implicações para a justiça social e a governança eficaz. Através de uma abordagem multidimensional, busca-se oferecer uma visão mais completa e integrada das interações de poder que moldam a sociedade contemporânea.

MODERNIDADE LÍQUIDA: O MUNDO PÓS-MODERNO E A CONDIÇÃO SOCIAL

Houve no século XX diversas mudanças no âmbito social, e dentre estas a passagem do totalitarismo para a democracia. No final do século XX, houve a passagem do Estado social para o Estado neoliberal, em que cada indivíduo tem que encontrar soluções individuais para problemas produzidos socialmente. É muito difícil dizer se o neoliberalismo é apenas um fenômeno ou se é o início de uma era.

O que também marca profundamente o século XX foi uma passagem de toda uma era da história mundial, ou seja, da sociedade de produção para a sociedade de consumo. Foi na década de 1920, nos lembra Bauman, iniciou-se a transformação da sociedade de produtores em sociedade de consumidores, concluída nos anos de 1970 e condicionada pela comodificação e o eco da modificação do capital e do trabalho, envolvendo desregulamentações e privatizações contínuas e profundas.¹

1. Entrevista concedida a CPFL Cultura em 25 de julho de 2011. Disponível: <http://www.cpflcultura.com.br/videoteca/>

Por outro lado, houve os processos de fragmentação da vida humana. Para exemplificar essa transição, usaremos o que Jean-Paul Sartre chamou de *Projet de La vie*, (Projeto de vida). O indivíduo precisa selecionar de um projeto de vida, é preciso seguir passo a passo, de forma consistente, ano após ano, chegando cada vez mais perto de ideal. Agora, conte isso aos jovens de hoje e eles rirão de você, afirma Bauman (Bauman, 2001).

Hoje a sociedade possui grandes dificuldades em “adivinhar” o que irá acontecer conosco o ano que vem. O projeto de vida de uma vida inteira é algo difícil de acreditar. A vida é dividida em episódios. E não era assim no início do século XX. As sociedades foram individualizadas, e em vez de se pensar em termos de a qual comunidade se pertence, a qual nação se pertence, a qual movimento político se pertence etc, tendemos a se redefinir o significado de vida, o propósito de vida, a felicidade na vida para o que está acontecendo com uma própria pessoa, as questões de identidade, que tem um papel de extrema importância hoje no mundo. Temos que criar nossa própria identidade, pois esta, não herdamos. Não apenas precisamos fazer isso a partir do zero, mas temos que passar nossa vida, de fato, redefinindo nossa identidade.²

MODERNIDADE LÍQUIDA E A CRISE GLOBAL

A concepção de modernidade líquida de Bauman (2001), fornece um pano de fundo para entender como as transformações rápidas e fluidas na sociedade global afetam as relações de poder. Neste contexto, a crise global é vista não apenas como econômica ou política, mas como uma crise de valores e estruturas sociais que anteriormente ofereciam estabilidade e previsibilidade.

O conceito de “modernidade líquida”, intitulado por Zygmunt Bauman, descreve uma era de transitoriedade perpétua, caracterizada pela fluidez nas relações sociais, econômicas e políticas. Essa condição resulta em uma crescente sensação de incerteza e insegurança, refletindo um desalento profundo no cenário pós-moderno. A era atual, marcada pela rapidez das mudanças e pela dissolução de estruturas anteriormente sólidas, leva a uma crise que permeia todos os aspectos da vida humana, desde identidades pessoais até grandes estruturas políticas e econômicas.

Bauman (2001) argumenta que as transformações na modernidade líquida exacerbam o estado de crise, não apenas pela aceleração da vida cotidiana, mas também pelo impacto profundo na psique individual e no coletivo social. O desalento emerge não só das dificuldades econômicas e políticas, mas também de um profundo senso de desorientação e falta de significado claro nas metas e aspirações humanas. Essa crise é amplificada pela natureza evasiva das soluções, onde as respostas tradicionais parecem inadequadas para os desafios contemporâneos.

2. Idem

Neste cenário de modernidade líquida, Bauman destaca a importância de reconhecer e enfrentar as inseguranças e incertezas como um passo crucial para entender e potencialmente remediar o estado de crise global. A análise de Bauman em suas últimas obras, proporciona uma visão crítica que não só desafia as normas convencionais, mas também oferece uma plataforma para repensar as estruturas sociais e políticas na busca de uma sociedade mais estável e justa.

TECNOLOGIA E PODER NA MODERNIDADE LÍQUIDA

Com a ascensão das tecnologias digitais, a vigilância tornou-se uma ferramenta crucial no arsenal do poder institucional. Apontaremos aqui, como as tecnologias de vigilância remodelam as relações de poder, facilitando formas de controle social que são sutis, porém penetrantes, e discute as implicações para a privacidade e a liberdade individual.

Os pensadores Zygmunt Bauman, Michel Foucault, e Gilles Deleuze exploram as reflexões sobre as transformações no exercício do poder nas sociedades modernas e pós-modernas, enfatizando especialmente as tecnologias de vigilância e controle. Bauman (2001) descreve a modernidade líquida como uma era caracterizada pela instabilidade e pela transitoriedade das estruturas sociais, onde as tecnologias de vigilância avançam para além do panóptico tradicional, abrangendo o sinóptico e o banóptico³. Essas novas formas de poder se manifestam através de uma vigilância que é menos visível, mas mais integrada na vida cotidiana, influenciando profundamente a psique e as ações individuais.

Foucault (2015) contribui para essa discussão com sua teoria das tecnologias de poder, que inclui o panóptico como uma forma de observar e controlar os indivíduos através de estruturas sociais e institucionais. O filósofo Deleuze (2008) expande essa ideia ao discutir as sociedades de controle, onde o poder é exercido de maneira mais fluida e difusa, não restrito a instituições, mas permeando todos os aspectos da vida social e pessoal.

Cabe ressaltar que essas tecnologias não só moldam as interações sociais e reforçam a conformidade, mas também como contribuem para a sensação crescente de insegurança e a constante demanda por mais vigilância e controle. Este ciclo de medo e controle acaba por afetar profundamente a autonomia individual e a privacidade, levando a uma sociedade onde o poder é onipresente, mas muitas vezes invisível, e a política se torna cada vez mais dominada por interesses corporativos e tecnológicos, separando-se do poder em um contexto globalizado.

Há uma sensação de que as relações políticas, de poderes e sociais na sociedade contemporânea resulta em um novo tipo de mal-estar social, onde a constante mudança e a incerteza sobre o futuro geram ansiedade e alienação, e as respostas a essas condições muitas vezes exacerbam os problemas que elas pretendem resolver, reforçando o controle social e diminuindo a esfera de ação individual e coletiva.

3. De modo geral, o Banopticon é um termo cunhado pelo acadêmico da Escola de Paris, Didier Bigo, usados dentro de uma abordagem de Sociologia Política Internacional para estudos de segurança para descrever uma situação em que as tecnologias de criação de perfil são usadas para determinar quem colocar sob vigilância.

VIGILÂNCIA E PODER

A obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault (1975) fornece uma análise profunda sobre a evolução dos métodos punitivos, começando pelo brutal suplício até a institucionalização da prisão moderna. Foucault delinea uma mudança significativa na administração do poder e na implementação da disciplina dentro da sociedade, transformando a punição em um mecanismo sutil e onipresente de controle social.

Na primeira parte do livro *Vigiar e Punir*, Foucault (1975) detalha a metamorfose do suplício, uma forma de punição que não apenas torturava o corpo, mas também servia como uma manifestação teatral do poder soberano. O suplício, caracterizado pela dor extrema e pública, tinha como objetivo dissuadir o público através do terror, reafirmando o poder incontestável do soberano sobre a vida e o corpo do condenado. Contudo, essa forma de punição começou a ser vista como barbárie, ineficaz para a reforma do criminoso e incompatível com os ideais emergentes de humanidade e racionalidade jurídica.

Com o advento da sociedade disciplinar no século XVIII, como Foucault a descreve, surge um novo regime penal que se concentra menos na punição do corpo e mais na reforma da mente e do comportamento do indivíduo. As prisões começam a implementar métodos disciplinares rigorosos, onde a vigilância constante e a normalização das atividades diárias visam transformar os prisioneiros em sujeitos obedientes e produtivos. Foucault (1975) insere o conceito de panoptismo, uma estrutura arquitetônica idealizada por Jeremy Bentham⁴, que permite a observação constante dos detentos por um observador não visto. Este modelo arquitetônico torna-se uma metáfora para o moderno exercício do poder disciplinar, onde a visibilidade constante induz a auto regulação e o conformismo.

Essa mudança nas práticas punitivas reflete uma transformação mais ampla nas técnicas de poder. O poder disciplinar de Foucault é capilar, disperso por toda a sociedade, permeando instituições como escolas, hospitais e fábricas. Essas instituições, embora variem em função e forma, compartilham uma lógica comum de controle: disciplinar os indivíduos para maximizar sua utilidade enquanto minimiza a possibilidade de resistência e desvio. Este tipo de poder não se baseia na força bruta, mas na sutileza da coerção psicológica e na inculcação de normas.

O crescimento do poder faz os homens entrarem no sistema dos signos, das marcas, e o aumento de poder está essencialmente destinado a instaurar nas relações entre os homens a marca visível [do] poder [de um deles]. É essa vontade de impor respeito que Hobbes chamava de "glória": capacidade de impor respeito por meio de signos exteriores a todos aqueles que teriam a pretensão de substituí-lo (Foucault, 2015. p, 26).

4. Jeremy Bentham foi filósofo, jurista e um dos últimos iluministas a propor a construção de um sistema de filosofia moral, não apenas formal e especulativa, mas com a preocupação radical de alcançar uma solução a prática exercida pela sociedade de sua época

A análise de Foucault desafia a percepção convencional do poder como algo que é apenas repressivo. Em *Vigiar e Punir*, ele revela como o poder é também produtivo; ele não apenas reprime através da punição, mas produz sujeitos disciplinados, conhecimento e formas de saber. A prisão, neste contexto, não é apenas uma solução para o crime, mas um complexo mecanismo que molda a sociedade moderna, solidificando a estrutura de poder e controle em vários níveis da vida social (Foucault, 1975).

Michel Foucault reinterpreta a relação entre poder, conhecimento e sociedade, oferecendo uma crítica penetrante das formas de controle social que continuam a evoluir e influenciar as dinâmicas de poder na contemporaneidade.

HANNAH ARENDT E A NATUREZA DO PODER

Hannah Arendt elabora uma concepção de poder que se distingue radicalmente das abordagens tradicionais, centrando-se na ideia de que o poder emerge não dá coerção ou violência, mas da capacidade coletiva de agir em concerto. Em suas obras, especialmente em “Sobre a Violência”, Arendt (1994) critica a equação comum entre poder e violência, argumentando que o verdadeiro poder se baseia no consentimento mútuo e na capacidade de agir juntos, sem o uso da força. Essa visão é desenvolvida a partir da distinção entre poder, autoridade, vigor, força e violência.

Para Arendt (2010), o poder verdadeiro existe apenas enquanto houver um grupo unido que o sustente; ele desaparece assim que a coesão desse grupo se dissolve. Ela propõe que o poder real não reside na capacidade de impor vontades por meio da força, mas na capacidade de organizar e mobilizar para ações conjuntas que levem ao consenso. Nesse sentido, o poder é visto como algo que não pertence a indivíduos isoladamente, mas como uma qualidade emergente da ação coletiva e do consentimento.

Arendt (1994) também introduz uma crítica à tradicional compreensão do poder em termos de comando e obediência, onde o poder é frequentemente associado à capacidade de impor obediência por meio da violência. Ela argumenta que essa visão tradicional obscurece a verdadeira natureza do poder que reside na capacidade de agir em conjunto para fins comuns. Segundo Arendt, essa capacidade de agir em concerto é o que fundamenta tanto a legitimidade quanto a eficácia do poder em qualquer sociedade.

Dessa forma, Arendt apresenta uma concepção de poder que se baseia mais em relações horizontais de colaboração e apoio mútuo do que em relações verticais de comando e controle. Isso reformula a ideia de poder de maneira a enfatizar o aspecto humano e cooperativo, contrastando com visões que focalizam primariamente o poder como uma ferramenta de domínio e coerção.

O PODER E O ESPAÇO PÚBLICO

A análise do poder por Hannah Arendt (1998) destaca a capacidade de agir em concerto e a importância da ação coletiva para a realização do poder. Explorando sua distinção entre poder, força e autoridade, este segmento examina como o poder emerge das relações entre os indivíduos e como é sustentado pela participação ativa e pelo consentimento.

O professor e Doutor em filosofia, Odílio Alves Aguiar (2011) discute a concepção de poder em Hannah Arendt, especialmente em relação aos contextos dos governos totalitários e as práticas de extermínio que marcaram essa era. Arendt destaca o poder como uma capacidade de iniciar e fundar ações coletivas, diferenciando-o claramente da dominação, do Estado, governo e soberania. O poder em Arendt é associado à capacidade de agir em conjunto no espaço público, contrastando com a força e a violência.

Arendt vê o poder como intrinsecamente ligado à liberdade e à capacidade de ação conjunta, o que constitui a essência do espaço público. Esta visão desafia as noções tradicionais de poder que estão frequentemente associadas ao controle autoritário e à manipulação.

Com tudo, cabe ressaltar que a interpretação de Arendt (1998) sobre o poder como uma força coletiva e construtiva pode oferecer insights valiosos para entender as dinâmicas modernas de poder dentro das instituições políticas, onde o poder deveria ser exercido como uma força que emerge do consenso e do engajamento coletivo, não como uma ferramenta para opressão ou controle unilateral.

MAX WEBER E OS TIPOS DE DOMINAÇÃO DO PODER

Utilizando a tipologia de Weber (2004) sobre as formas de dominação — racional-legal, tradicional e carismática —, exploraremos aqui como diferentes bases de legitimidade sustentam diferentes regimes de poder e como essas formas evoluem em resposta a mudanças sociais e políticas.

A ideia de dominação na teoria sociológica de Max Weber, refere-se a forma que o pensador alemão interliga a sociologia com a filosofia, especialmente através de sua base epistemológica influenciada pelo neokantianismo, particularmente as obras de Heinrich Rickert. Seus estudos revela uma conexão profunda entre a tipologia da dominação e a teoria da ação weberiana, que tem sido amplamente discutida por comentaristas como Raymond Aron e Sam Whinster (Weber, 2004).

Weber, considerado um clássico indispensável nos estudos da Teoria da Legitimidade, desenvolveu uma abordagem compreensiva para entender o poder e a autoridade, explorada principalmente em suas obras *Economia e Sociedade* e *Metodologia das Ciências Sociais*. A dominação, segundo Weber, baseia-se principalmente na probabilidade de obtenção de obediência a um mandato, onde a obediência decorre tanto do desejo subjetivo dos governados quanto das estruturas e normas estabelecidas (Weber, 2004).

No âmbito da teoria da dominação, Weber estabelece três tipos puros de dominação legítima: a dominação legal, a dominação tradicional e a dominação carismática. A dominação legal ou racional é fundamentada na crença na validade de regras legais estatuídas e na competência racional-legal de quem exerce o comando, típica das sociedades modernas e suas burocracias. A dominação tradicional baseia-se na crença na santidade das tradições e na legitimidade daqueles que exercem a autoridade de acordo com essas tradições. A dominação carismática, por outro lado, baseia-se na devoção extraordinária à santidade, heroísmo ou caráter exemplar de uma pessoa, e na ordem revelada ou estabelecida por essa pessoa.

A análise de Weber não se limita à estrutura formal da dominação, mas também investiga como essas formas de poder são vistas e legitimadas através da crença social. Ele argumenta que a legitimação do poder nas sociedades modernas envolve complexas interações entre esses tipos puros, frequentemente mesclados em diversas configurações políticas e sociais. Esta visão oferece uma compreensão ampla de como o poder é exercido e racionalizado em diferentes contextos sociais e históricos, sugerindo que a estabilidade política e a coerência social são profundamente influenciadas pela base de legitimidade sobre a qual o poder é exercido (Weber, 1967).

Essa análise não apenas abrange a estrutura fundamental das ideias de Weber sobre dominação e poder, mas também contextualiza sua relevância na crítica contemporânea de sistemas políticos e sociais, refletindo sobre como suas ideias continuam a iluminar as complexidades das relações de poder na sociedade moderna.

POLARIZAÇÃO POLÍTICA E O ESPAÇO PÚBLICO

A polarização política é um fenômeno crescente que afeta democracias em todo o mundo. Este segmento analisa como a polarização diminui o espaço para diálogo e deliberação no espaço público, e como isso pode ser visto como uma consequência de mudanças nos padrões de poder e interação social.

Segundo Argon (2022) as ideologias moldam significativamente as interações no espaço público, catalisando a polarização política. Neste contexto, a ideologia não apenas serve como um sistema de crenças que guia as ações políticas, mas também como um mecanismo que intensifica divisões, criando blocos antagônicos na sociedade. Este fenômeno é visível em debates contemporâneos, onde a polarização não se limita a discrepâncias em questões políticas específicas, mas se estende a uma divisão mais profunda e abrangente que afeta a coesão social.

A polarização é exacerbada pela mídia e pelas plataformas digitais, que amplificam vozes extremistas e promovem câmaras de eco, reforçando preconceitos e isolando indivíduos de opiniões contrárias. O espaço público se transforma; de um lugar de debate racional e encontro de diferentes pontos de vista, para um campo de batalha ideológico, onde a possibilidade de diálogo e entendimento mútuo diminui drasticamente.

Além disso, a polarização política influenciada por ideologias dominantes frequentemente transborda para aspectos não políticos da vida das pessoas, afetando suas escolhas pessoais e sociais, desde a seleção de mídia até as relações interpessoais. Este processo de “tribalização” política enfraquece as instituições democráticas, pois compromete o respeito pelas diferentes opiniões e pela dignidade humana, essenciais para o funcionamento saudável de qualquer sociedade democrática.

Contudo, cabe reforçar que a mitigação dessa polarização exige um esforço consciente para promover o diálogo interideológico, uma mídia que se esforce para apresentar uma variedade de perspectivas e a educação para o pensamento crítico, que ajude as pessoas a entender e questionar suas próprias posições ideológicas, bem como a respeitar as dos outros. A ideologia, portanto, deve ser vista como um mapa que ajuda a navegar na complexidade política, mas não como um divisor cego que separa a sociedade em campos inimigos.

CIBERPOPULISMO – A POLITICA (DEMOCRACIA) E A DISSEMINAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO

O fenômeno do ciberpopulismo representa uma transformação significativa nas práticas políticas, mediadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Esta modalidade de populismo se aproveita das plataformas digitais para alcançar e mobilizar um grande número de pessoas, enfatizando uma comunicação direta entre líderes políticos e seus seguidores, muitas vezes contornando os canais de mídia tradicionais e os mecanismos institucionais de controle.

Um aspecto central do ciberpopulismo é a sua capacidade de criar narrativas simplificadas que apelam a emoções fortes, frequentemente ancoradas em ideais nacionalistas ou em críticas severas às elites. Essas narrativas são habilmente amplificadas pelas redes sociais, que favorecem conteúdos que geram reações intensas e engajamento. Essa dinâmica contribui para a polarização política, onde os debates racionais e ponderados são substituídos por discursos carregados de emoção e, por vezes, desinformação.

Adicionalmente, o ciberpopulismo frequentemente explora a insatisfação pública com as instituições tradicionais, prometendo uma forma de política mais “autêntica” e “do povo”. No entanto, essa promessa muitas vezes esconde uma tendência à centralização do poder e ao enfraquecimento de mecanismos democráticos de *accountability*⁵ e transparência.

No cenário atual, observa-se como o ciberpopulismo pode influenciar significativamente as eleições, moldar políticas públicas e alterar a percepção pública sobre questões cruciais. A disseminação de *fake news* e a criação de câmaras de eco nas redes sociais onde apenas vozes concordantes são ouvidas exacerbam a divisão

5. Não existe uma palavra em português que traduz *accountability*, mas sim diversos termos que tentam conceitua-la, tais como controle, fiscalização, responsabilização, prestação de contas, compromisso, proatividade e transparência.

social e desafiam a capacidade de diálogo e de construção de consensos em sociedades democráticas.

A compreensão desses aspectos é fundamental para entender as mudanças no espaço político contemporâneo e para buscar estratégias que fortaleçam práticas democráticas diante dos desafios impostos pelo ciberpopulismo.

Ao explorar essa temática, é possível aprofundar a análise de alguns aspectos adicionais que estão intimamente ligados ao impacto dessa forma de política nas democracias modernas e na dinâmica social mais ampla. Destacaremos alguns desses elementos cruciais na reflexão sobre ciberpopulismo contemporâneo, mencionado por (Bruzzone 2021):

Algoritmos e Personalização: Explorar como os algoritmos das redes sociais contribuem para o ciberpopulismo ao personalizar o conteúdo que os usuários veem, fortalecendo bolhas ideológicas e facilitando a disseminação de narrativas populistas. Investigar o impacto dessas tecnologias no reforço das crenças e na limitação da exposição a perspectivas divergentes.

Impacto nas Instituições Democráticas: Analisar como o ciberpopulismo pode minar as instituições tradicionais, desafiando o equilíbrio dos poderes ao incentivar formas de governança mais autocráticas. Avaliar os riscos para o sistema de freios e contrapesos e para o funcionamento de uma democracia saudável.

Comportamento Eleitoral: Investigar como o ciberpopulismo altera o comportamento eleitoral, influenciando as decisões dos eleitores através de campanhas de desinformação e táticas de persuasão online. Discutir as consequências a longo prazo dessas mudanças para a qualidade do debate público e para a legitimidade dos processos eleitorais.

Globalização e Reações Locais: Discutir como o ciberpopulismo se relaciona com as tensões globais, como a globalização econômica e cultural, e como isso fomenta reações locais que podem ser exploradas por líderes populistas para ganhar apoio, utilizando a tecnologia para amplificar sentimentos nacionalistas ou xenofóbicos.

Implicações para Políticas Públicas: Considerar as implicações do ciberpopulismo para a formulação e implementação de políticas públicas, especialmente aquelas que lidam com regulação da mídia, privacidade na internet e liberdade de expressão. Debater como as políticas podem equilibrar a proteção contra abusos nas redes sociais com a manutenção das liberdades fundamentais.

CIBERPOLÍTICA: NOVOS PARTICIPANTES, CONFLITOS ANTIGOS

A ciberpolítica conseguiu engajar públicos que eram invisíveis aos olhos da política convencional. Esses indivíduos, anteriormente não representados e esquecidos tanto pelos partidos quanto pela grande mídia, encontraram nas redes sociais uma plataforma que reconheceu seus temores e desejos. Repentinamente, vozes e forças reprimidas emergiram, tornando-os protagonistas ativos no cenário político, um cenário que antes lhes era estranho (Bruzzone, 2021).

O que a Psicologia define como sombra, aquilo que reside nas profundezas de nossa psique e que nos envergonharia ao ser revelado, precisa ser confrontado para que possamos evoluir. Na sociedade, essa sombra é composta por emoções negativas suprimidas pelas normas sociais ou legais. Por exemplo, quando ofensas raciais são proibidas e violências explícitas são censuradas, a sociedade está tentando se proteger de seus próprios aspectos mais sombrios.

Essas negatividades não desaparecem, elas apenas aguardam uma oportunidade para se manifestar. Líderes como Bolsonaro podem vocalizar essas repressões. Preconceitos e ressentimentos, então, se tornam aceitáveis publicamente e são usados como símbolos de identidade por aqueles que rejeitam o consenso democrático e desprezam o que consideram “politicamente correto”. Assim, indivíduos que se orgulham de sua rudeza e capacidade de ofender se tornam visíveis e até admirados.

A violência é uma constante estrutural no Brasil, manifestando-se de diversas formas. As ilusões de que a ditadura brasileira foi menos brutal que outras na América Latina, ou de que o racismo não é um problema grave no país, são exemplos de como certas violências são ignoradas. Essas violências, desde o trabalho escravo à segregação socioeconômica, são frequentemente invisibilizadas por uma “cegueira seletiva” que protege confortos ilusórios.

Nos últimos anos, a disparidade entre ricos e pobres e a luta entre dominadores e dominados tornaram-se explícitas, despertando a ira de quem se sentiu enganado por promessas passadas. A base de apoio de Bolsonaro nas periferias, por exemplo, é composta por pessoas que se sentiram traídas pelo PT e viam a corrupção como a razão pela qual suas vidas não melhoraram conforme prometido.

A elite, por sua vez, também estava irritada, mas por razões opostas: sentiam que o PT ameaçava seus privilégios. No Brasil, assim como em outros lugares da América Latina, a elite não tolera desafios ao seu status quo, levando a uma resistência feroz contra qualquer tentativa de mudança social.

As paixões que Bolsonaro conseguiu explorar são aquelas longamente reprimidas pela sociedade brasileira. Ao dar voz à indignação que muitos preferiam manter oculta, ele se posicionou como um herói que desafia o “politicamente correto” e fala abertamente o que muitos pensam mas têm medo de expressar. Por isso, seu estilo de governança sempre foi marcado por confrontos constantes, pois sua base mais fiel não deseja reconciliação, mas sim a perpetuação do conflito.

PIERRE BOURDIEU E A ANÁLISE SOBRE PODER SIMBÓLICO E CAPITAL CULTURAL

Os conceitos de poder simbólico e capital cultural de Bourdieu, iluminam como o poder permeia os aspectos sutis da vida cotidiana, moldando os gostos, crenças e práticas dos indivíduos sem coerção aparente. Ao longo desse capítulo, apontaremos alguns aspectos de como as instituições culturais, como educação e mídia, contribuem para a reprodução de hierarquias sociais e relações de poder.

Pierre Bourdieu (1983) explora o conceito de campo do poder como um espaço fundamental de relações e lutas por poder que permeiam todos os outros campos, como os da produção cultural, intelectual e científica. Bourdieu argumenta que o poder em qualquer campo cultural é disputado não apenas em termos de poder político, mas também em termos de autoridade e legitimidade sobre símbolos, significados e interpretações.

Segundo Bourdieu (1983), todas as relações humanas, conscientes ou inconscientes, estão impregnadas de poder, que se manifesta em lutas por dominação e prestígio dentro desses campos, onde os mesmos são autônomos, mas interconectados, cada um com suas próprias regras e lógicas de funcionamento, apesar de suas especificidades.

Este poder é particularmente influente nos campos culturais, onde as lutas não se referem diretamente ao poder político, mas à conquista de autoridade intelectual e cultural. Isso é evidente nas formas como os indivíduos e as instituições competem por reconhecimento e validação dentro de seus campos específicos, muitas vezes através da aquisição e da demonstração de capital cultural e simbólico.

Em termos da sociedade contemporânea, este entendimento de poder pode ser aplicado para analisar como as relações de poder e favores são moldadas e sustentadas dentro das estruturas políticas e institucionais. A massificação da cultura e a homogeneização das preferências e práticas, como destacado por Bourdieu (1983), são diretamente relevantes para entender como os poderes institucionais influenciam e são influenciados pelas dinâmicas culturais e sociais mais amplas.

Assim, essa reflexão nos proporciona uma base significativa para discutir as complexidades das relações de poder na política moderna, onde os favores e a influência muitas vezes substituem a autoridade formal e onde o capital cultural e simbólico pode determinar o acesso ao poder e aos recursos. Desde modo, ao considerar as relações de poder e favores na política institucional, é crucial entender como esses campos de poder operam e são manipulados, tanto para sustentar certas hierarquias quanto para desafiar e reconfigurar as estruturas de poder existentes.

CAPITAL SIMBÓLICO

A ideia de campo do poder sustentada segundo Pierre Bourdieu (1989) é de que pode ser orientada pela compreensão de que o poder simbólico é um mecanismo central nas dinâmicas sociais, influenciando como os indivíduos e grupos sociais percebem e são percebidos na hierarquia social. O sociólogo argumenta que o capital simbólico, é uma forma de poder não apenas econômico, mas também cultural e social, sendo crucial para entender as relações de poder. Este capital não é visível de forma material, mas é reconhecido e legitimado pelas estruturas sociais e pelo reconhecimento dos outros.

No contexto da política institucional, a teoria do campo do poder pode ser aplicada para analisar como os políticos e partidos acumulam capital simbólico para influenciar as opiniões públicas e manter ou alterar a ordem social. As relações de favores, que são trocas simbólicas que fortalecem os laços políticos e sociais, podem ser vistas como estratégias para aumentar ou manter o capital simbólico. Isso, por sua vez, pode facilitar a manipulação de estruturas de poder existentes ou a criação de novas dinâmicas de poder dentro das instituições políticas.

Este conceito pode ser especialmente relevante para entender a dinâmica contemporânea de poder e favores em sociedades onde a política é profundamente influenciada por visibilidade midiática, propaganda e a capacidade de moldar narrativas públicas. Assim, a análise do campo do poder de Bourdieu oferece uma ferramenta crítica para desvendar as camadas ocultas de relações de poder e favores na política institucional moderna (Bourdieu, 1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao integrar as perspectivas de Bauman, Foucault, Arendt, Weber e Bourdieu, este artigo destaca a complexidade das relações de poder e favores na política institucional. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para formular estratégias que promovam justiça social e governança eficaz em um mundo cada vez mais interconectado e mutável.

A modernidade líquida de Bauman ressalta a transitoriedade e a incerteza que permeiam a sociedade contemporânea, exacerbando crises de valores e estruturas sociais. Foucault, ao analisar as tecnologias de vigilância e poder disciplinar, mostra como o controle social se torna mais difuso e penetrante, influenciando profundamente a psique individual e coletiva. Arendt, por sua vez, enfatiza a ação coletiva e o consenso como fundamentos do poder legítimo, desafiando visões tradicionais que associam poder à violência e coerção.

Weber, com sua tipologia de dominação, oferece uma compreensão detalhada das bases de legitimidade que sustentam diferentes regimes de poder, destacando como essas formas evoluem em resposta a mudanças sociais e políticas. Bourdieu, ao introduzir os conceitos de poder simbólico e capital cultural, revela como o poder se manifesta nos aspectos sutis da vida cotidiana, moldando gostos, crenças e práticas através de mecanismos de reconhecimento e legitimação social.

A análise multidimensional proposta neste artigo permite uma compreensão mais abrangente das interações de poder na política institucional. Ao considerar as influências culturais, sociais e tecnológicas, é possível desenvolver uma visão mais completa e crítica das dinâmicas que moldam a governança e a vida cotidiana. Essa abordagem integrada é fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos e promover uma sociedade mais justa e equitativa.

Portanto, é imperativo continuar investigando e desvendando as complexas relações de poder e favores nas instituições políticas. Apenas através de uma compreensão profunda e crítica dessas dinâmicas será possível formular políticas e estratégias que promovam a justiça social e a governança eficaz, respondendo de maneira adequada aos desafios de um mundo em constante transformação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGUIAR, Odílio Alves. **A dimensão constituinte do poder em Hannah Arendt**. Trans/Form/Ação, Marília, v.34, n.1, p.115-130, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/trans/a/LswRct9X9J8hmjxHrnYFD5N/?format=pdf>. Acesso em: 15/07/2024.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **A Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

_____. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ARAÚJO, Luís Guilherme N. de. **Vigiar e punir: poder, punição, disciplina e indústria**. Primeiros Escritos, São Paulo, n. 9, p. 250-255, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/primeirosescritos/article/view/153056/149542>. Acesso em: 10/07/2024

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ARGON, Alexandre; GONÇALVES, Patrícia. **Ideologia e polarização política no Brasil: origens, causas e consequências**. Revista Humanidades em Perspectivas, Curitiba, v. 4, n. 8, p. 107-120, 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2014. DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

_____. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983

BRUZZONE, Andrés. *Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital*. São Paulo: Contexto, 2021.

CAMPOS, P. H. F.; LIMA, R. de C. P. **Capital simbólico, representações sociais, grupos e o campo do reconhecimento**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 167, p. 100-127, jan./mar. 2018. DOI: 10.1590/198053144283.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

ESLABÃO, Daniel da Rosa. **O conceito de dominação em Max Weber**: um estudo sobre a legitimidade do poder. Disponível em: <https://cifmp.ufpel.edu.br/anais/2/cdrom/mesas/mesa5/04.pdf>. Acesso em: 22/07/2024.

FEITOSA, Rodolfo Rodrigo Santos. **Vista do Insegurança, incertezas e o desalento pós-moderno**: o estado de crise nos últimos textos de Zygmunt Bauman. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2018v15n2p1/36763>. Acesso em: 10/07/2024.

FORTUNATO, Lucas; GALENO, Alexsandro. **Civilização, Tecnologia e Poder na Modernidade Líquida**. *Inter-Legere*, Natal, v. 1, n. 23, jul./dez. 2018, p. 94-114. ISSN 1982-1662. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/download/15878/10896/51611>. Acesso em: 22/07/2024

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A Sociedade Punitiva**: curso no *collège de France* (1972-1973) / Michel Foucault; tradução Ivone C. Bernedetti. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização** (Obras completas, vol. 18). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LIMA, Denise Maria de Oliveira. **Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu**. *Cógit*, (11), 14-19. outubro de 2010. Salvador.

PERISSINOTTO, Renato M. **Hannah Arendt, poder e a crítica da 'tradição'**. *Revista Lua Nova*, nº 61, 2004, pp. 115-134.

SILVA, Rosane Leal da; BONOTTO, Mahira C. de Afonso; SANTOS, Marcos Augusto Ribeiro dos. (Ciber) Populismo: **A Disseminação dos Discursos de Ódio em Prejuízo da Democracia**. In: *Anais do 6º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede*. Santa Maria: UFSM, 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2022/11/9.4.pdf>. Acesso em: 22/07/2024.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Vol. I. São Paulo: UnB, 2004

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1967

ROSANA MARIA DOS SANTOS: Doutoranda e mestra em história pelo Programa de Pós-graduação em História, na linha de pesquisa cultura, patrimônio e memória, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. É especialista em história do Nordeste do Brasil pela Universidade Católica de Pernambuco e especialista em turismo e patrimônio pela Faculdade Frassinetti do Recife, com pesquisas inseridas no campo dos estudos culturais. Graduada em história (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal de Pernambuco e graduada em gestão de turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

A

Alfabetização 26

Arte 2, 6, 7, 8, 9, 14, 16, 24

C

Capital simbólico 69, 71

Ciberpopulismo 65, 66, 71

Cinema 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8

Comportamento eleitoral 66

Comunidades de aprendizagem 25, 38

Controle 6, 8, 11, 12, 45, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 69

Crise global 59, 60

Cultura 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 15, 16, 19, 21, 24, 25, 28, 30, 31, 33, 36, 38, 41, 44, 47, 53, 55, 56, 58, 68, 72

D

Democratização 1, 3, 4, 27

Desenvolvimento local 25, 28, 36

Diversidade cultural 27, 30, 43

E

Educação social 25, 27, 28, 33, 34, 38

Ensino 1, 3, 5, 27, 29, 30, 34, 37

Escolas 27, 30, 31, 32, 33, 38, 61

Estratégia didático-pedagógica 4

Ética cristã 51, 52

Ética militar 49, 50, 51, 52, 55

F

Filosofia prática 14, 23

G

Globalização 33, 43, 66

Governos totalitários 63

H

Hierarquias sociais 58, 68

J

Juventude 5, 40, 41, 42, 43, 46, 47

L

LGBTQI 2

M

Modernidade líquida 57, 58, 59, 60, 69, 70, 71

N

Necropolítica 6, 7, 11, 12, 13

O

Organização Mundial de Saúde 42

P

Pedagogia dialógica 25, 36

Poder 2, 7, 8, 10, 11, 13, 20, 21, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71

Poder simbólico 57, 58, 68, 69, 70

Polarização política 57, 64, 65, 70

Políticas públicas 65, 66

Protagonismo juvenil 2, 43

R

Racionalidade jurídica 61

Religião 14, 18, 19, 23, 50, 51

S

Sociedade 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 27, 30, 33, 40, 43, 44, 45, 50, 51, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71

Sociedade global 58, 59

Sociedades modernas 60, 64

T

Turismo 72

Estudos interdisciplinares sobre as

CIÊNCIAS HUMANAS

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Estudos interdisciplinares sobre as

CIÊNCIAS HUMANAS

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br